

Universidade Católica de Goiás  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Departamento de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia

**Fenomenologia do Viver em Dupla Pátria: Dois estudos de caso com brasileiros, filhos de libaneses**

Máriam Hanna Daccache

Goiânia  
Abril de 2007

Universidade Católica de Goiás  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Departamento de Psicologia  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia

## **Fenomenologia do Viver em Dupla Pátria: Dois estudos de caso com brasileiros, filhos de libaneses**

Máriam Hanna Daccache

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia  
Orientação: Prof. Dr. Saturnino Pesquero Ramón.

Goiânia  
Abril de 2007

D117f Daccache, Máriam Hanna.  
Fenomenologia do viver em dupla pátria : dois estudos de caso com  
brasileiros, filhos de libaneses / Máriam Hanna Daccache. – 2007.  
73 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás,  
Departamento de Psicologia, 2007.

“Orientador: Prof. Dr. Saturnino Pesquero Ramón”.

1. Identidade. 2. Pertença. 3. Cultura. I. Título.

CDU: 165.62:159.9  
316.73

Dissertação apresentada conforme as exigências da nova normalização desta  
Instituição, composta de:

- Introdução seguida de resenha da pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica
- Artigo científico

## RESUMO

Daccache, Máriam Hanna (2007). *Fenomenologia do Viver em Dupla Pátria: dois estudos de caso com brasileiros, filhos de libaneses*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Saturnino Pesquero Ramón.

**Resumo:** O olhar da Psicologia sob o processo migratório é de suma importância em tempos de globalização. Compreender as experiências de filhos de imigrantes, personagens de duas culturas, e a influência deste hibridismo sobre suas identidades e condutas é o objetivo deste estudo. Os sujeitos da pesquisa são dois brasileiros, de ambos os sexos, filhos de libaneses, que viveram por algum período de suas vidas no país de origem dos pais, o Líbano. O método para exploração dos significados desta dupla experiência pátria foi o qualitativo de base fenomenológica. Os resultados assinalam os ganhos no desenvolvimento e enriquecimento pessoais e interpessoais obtidos nesta situação. Assim como o surgimento de conflitos na procura de uma identidade que traduzisse a dupla pertença.

**Palavras - chave:** Método qualitativo-fenomenológico; identidade; pertença; cultura.

## ABSTRACT

Daccache, Máriam Hanna (2007). *Phenomenology of the Living process in a Double Country context: two study cases with Brazilians, Lebanese descendents*. Goiânia: University Catholic of Goiás. Master's Degree Dissertation. Person who orientates: Prof. Dr. Saturnine Pesquero Ramon.

The Psychology view upon the migratory process is one of the highest importance in times of globalization. Comprehending the experiences of children of immigrants, role players of two cultures, and the influence of such hybridism upon their identities and conducts is the aim of this study. Two Brazilian-born Lebanese children, of both genders, who lived in Lebanon for some time, happen to be the subjects of this research. The method for exploration of the meanings of this double patrium experience, has been the qualitative of phenomenological basis. The results highlight the gains in personal and interpersonal development and enrichment, acquired in this very situation. As well as the rise of conflicts in the search for an identity which translates the double-belonging.

**Key-words:** Qualitative-phenomenological Method; identity; sense of belonging; culture.

**Resenha da pesquisa bibliográfica para a  
fundamentação teórica**

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>PARTE I – Considerações Teóricas.....</b>	<b>06</b>
Capítulo I.....	06
1. Identidade.....	06
2. <i>Self</i> .....	13
3. Pertença.....	18
4. Estratégias identitárias dos imigrantes.....	21
Capítulo II.....	28
5. Cultura e identidade.....	28
<b>PARTE II – Aspectos Metodológicos.....</b>	<b>38</b>
6. Metodologia.....	38
7. Método.....	43
8. Normalização.....	45
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é descrever como brasileiros, filhos de libaneses vivenciam a experiência de sentir-se influenciados por dupla cultura.

A experiência de dupla-pátria como determinante do modo de ser ou identidade do sujeito, no que se refere aos diferentes aspectos psicológicos e sua vivência, são questões de interesse da Psicologia. A identidade e problemas correlatos tiveram seu termo empregado pela primeira vez há mais de 20 anos e, neste período, observam-se variações em seu uso popular, tal qual sua amplitude conceptual nas várias áreas do conhecimento (Erikson, 1987).

Para a Psicologia, a relevância primeira da identidade está relacionada à existência, àquela que dá sentido à vida, que delimita o caminho a se seguir, orientando condutas, escrevendo a história do indivíduo. Nota-se, porém, que alguns fatores formadores da identidade – como o meio social, a família e a cultura podem esconder, camuflar e sufocar uma identidade autêntica, pertencente à própria singularidade. Tal situação leva a conflitos internos, ao sofrimento e a comportamentos indesejáveis.

A imigração e suas conseqüências podem ser analisadas sob vários aspectos e à luz de diversas ciências, da mesma maneira como ocorre com a identidade. A Antropologia, a História e a Sociologia auxiliam a Psicologia no entendimento e descrição das experiências vividas do indivíduo participante desse fenômeno que é histórico e hoje fortemente ligado à globalização.

Vários são os motivos que levam as pessoas a emigrar. Geralmente, a imigração ocorre por motivação pessoal, em busca de melhores condições de

trabalho, por fuga de perseguições, dominações, discriminações. As pessoas também o fazem por questões políticas ou religiosas.

Zugueib Neto (2005) diz que o processo mundial da globalização exige do homem pós-moderno tomadas de posições, provocando sentimentos ambíguos e mal percebidos, que ameaçam a sua integridade psicológica e um “mal-estar em suas identidades” (p.13).

A imigração e os fatores que a envolvem são foco de atenção de vários países do mundo, dada sua influência no indivíduo que, por sua vez, interage com o social, formando o global. Em outras palavras, a constituição subjetiva do indivíduo e de sua personalidade ocorre por meio da internalização e simbolização de suas experiências vividas ao longo de seu desenvolvimento. Portanto, concordam os estudiosos do assunto, há a necessidade de um meio social estável para que o processo transcorra de maneira positiva. Em algumas nações existem centros de estudos e instituições dedicados ao tema da imigração bem como de seus personagens e os respectivos descendentes.

Estudos encontrados referentes aos descendentes, na maioria das vezes, dizem respeito à educação e estão presentes em maior número em países como a França, Portugal, Canadá, dentre outros, nos quais a imigração e suas questões têm especial atenção ( Hesch, 2007; Luciak, 2004). Pesquisas no universo de outras Ciências Sociais relatam a história da imigração, mas com poucos detalhes no tocante ao subjetivo dos filhos de imigrantes (Hajjar, 1985; Truzzi, 1997; Greiber, Maluf, Mattar, 1998)

No Brasil, a presença de outras nacionalidades e culturas é notória. A história do país conta a formação de seu povo a partir da miscigenação. Apesar deste fato, e considerando em proporção, os estudos aqui realizados são ainda tímidos,

principalmente aqueles oriundos da psicologia e relacionados a povos que não os afro-descendentes.

Dentre os diversos povos que para cá emigraram, os árabes e seus descendentes, especificamente os libaneses, são destaque em quantidade e constituem o *corpus* deste estudo. Embora se identifique a falta de dados mais precisos, estima-se em sete milhões o número de libaneses e seus descendentes no Brasil, de acordo com dados da Embaixada do Líbano (2003).

Hajjar (1985), em seu livro *Imigração Árabe-100 Anos de Reflexão*, divide em duas as etapas migratórias dos sírios e libaneses para o Brasil, determinadas por fatos históricos basicamente. A primeira etapa vai de 1860-70 a 1938, provocada pela dominação do Império Otomano na região árabe. Nesse período é criado o estigma de muitos sírios e libaneses, presente até hoje: o de serem chamados de “turcos”, por entrarem no Brasil com passaporte otomano.

A segunda etapa compreende o período de 1945 a 1984, tempo em que a pesquisadora desse comportamento teve sua obra finalizada. Essa etapa é caracterizada por imigrantes fortemente influenciados pelas lutas político-religiosas no Líbano. A ligação desses indivíduos com a terra de origem é maior que a leva anterior de imigração. (Hajjar, 1985)

A presente pesquisa teve início por acreditar que o fato de ter nascido em uma cultura diferente da brasileira e vivenciar ambas, tenha me levado a perceber e respeitar diferenças e a valorizar singularidades. Minha proximidade com a cultura de origem – a cultura árabe - unida aos conhecimentos psicológicos internalizados aqueceu ainda mais as observações e curiosidades acerca de comportamentos de pessoas oriundas de diferentes meios culturais, sempre com o enfoque no indivíduo e no processo “como” vivencia suas experiências.

Este trabalho surge então, com o desejo de dar voz à situação e ao fenômeno existencial de filhos de imigrantes, especificamente os libaneses. Esses descendentes não só vivem intensamente as tradições, a cultura de seus antecedentes no Brasil, mas também interagem com o meio local, assim como chegaram a experienciar, por um período (ou períodos) a sua cultura de origem *in loco*.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de se compreender no presente momento histórico-mundial, como a vivência de duas culturas pode influenciar a identidade de um indivíduo, dada a questão de formação do povo brasileiro, anteriormente citada, na sua modalidade cultural bem como as condutas pessoais desses elementos. Por sua vez, o enfoque no viés cultural não desmerece nem exclui a atenção ao conjunto formador de uma identidade, somente aponta delimitações exigidas pelo próprio trabalho científico.

A presente pesquisa tem duas dimensões. Uma, de natureza teórica em que se realiza a revisão bibliográfica crítica sobre o saber teórico e empírico existente em relação ao tema focado. E outra, de natureza empírica, em que se apresentam os resultados de uma pesquisa qualitativo-fenomenológica, a qual, a partir de dois estudos de caso, explora os significados psicológicos de tal experiência e como tais significados se traduzem no agir prático dos implicados. Propositamente, a fim de se apresentar uma visão mais enriquecedora, o critério para escolha dos sujeitos da amostra qualitativa foi o da vivência em dupla- pátria, sem outra característica que os homogeneizasse.

Efetivamente, esta pesquisa objetiva não apenas descrever o aspecto cognitivo do fenômeno estudado, sobretudo o seu aspecto prático ou existencial, uma vez que a psicologia como ciência empírica do comportamento não almeja alcançar um saber apenas teórico da conduta. Esse ramo da ciência propugna, além

do fator citado, um saber prático que possibilite modificar ou solidificar a conduta. Sobre esse particular, são retomadas as palavras do psicólogo social J. P. Leyens (1997), quando recomenda:

O ser humano a ser estudado não deve ser apenas um objeto de diagnóstico psicológico [...]. Ele age – *pragma*, em grego significa ação. Ele está engajado nas interações com seus semelhantes. Ele tem objetivos, sejam louváveis ou não aos nossos olhos; ele aprende com seus erros, se empenha ou ofusca, ele faz parte, necessariamente, parte de um certo grupo, onde os preconceitos e fronteiras e recursos mudarão. Resumindo, os sujeitos da ação e da cognição devem fundir-se numa coisa só (p.31).

Qualquer conhecimento acerca do povo libanês é também de relevância para uma visão imparcial no que lhes diz respeito e à sua realidade concreta, por vezes generalizada erroneamente, como de todo o povo árabe, sem distinção. A fim de se minimizarem conflitos, seja em nível individual, coletivo, psicológico ou social, profissionais ligados às ciências humanas e Estado devem atentar para um indivíduo pluridimensional, a uma existência humana multifacetada.

Assim, o que se pretende revelar neste trabalho é uma dessas facetas ou dimensões humanas, descrevendo aquela ligada à experiência da vivência em duas pátrias. Busca-se, ainda, mais abrangentemente, contribuir para o entendimento dos processos psicológicos por que passam imigrantes e seus descendentes de outras origens.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, a pesquisa está dividida em duas partes. Primeiro apresentamos o referencial teórico e, num segundo momento, o artigo produto da pesquisa realizada.

## PARTE I - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

### CAPÍTULO I

#### 1 – Identidade

O problema da identidade é universal e de difícil apreensão dada as suas várias dimensões, e por ser um processo que tem lugar no “âmago do indivíduo e, entretanto, também no núcleo central de sua cultura coletiva” (Erikson, 1987, p.21).

O termo identidade tem acumulado diferentes conotações durante a história. Tanto no uso do senso comum como científico; vai da ampla e óbvia conceituação àquela mais limitada, necessária às mensurações das pesquisas científicas. Desta maneira, visando o mensurável, o mais específico, o mais academicamente correto, os cientistas sociais trabalham, na visão de Erikson (1987), “esquivando-se às implicações menos controláveis e mais sinistras – que freqüentemente são também as mais vitais – do conceito” (p.14).

Relacionados ao termo em questão, ou às vezes como sinônimos deste, tem-se: sentimento de identidade, processo identificatório, crise de identidade, dentre outros, variando de acordo com o enfoque ora psicológico, ora sociológico e às vezes antropológico. Num primeiro momento e de maneira generalizada, identidade é caracterizada como qualidade do que é idêntico (Ewald, 2005). No *Dictionnaire des Notions Philosophiques*, P.J. Labarrière (in [www.wolton.cnrs.fr/glossaire/port\\_identidade.htm](http://www.wolton.cnrs.fr/glossaire/port_identidade.htm)) traz uma dupla acepção para o conceito de identidade:

Caráter do que é idêntico, quer se trate da relação de continuidade e de permanência que um ser mantém consigo mesmo, através de variação das

suas condições de existência e dos seus estados, ou de relação que faz com que duas realidades, diferentes sob múltiplos aspectos sejam, contudo, semelhantes e mesmo equivalentes, sob este ou aquele aspecto.

Sob os olhos da psicologia e outras ciências, vê-se a concordância de autores em considerá-la como um processo, uma construção, uma relação. É ainda, segundo Silva (2000), “instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada” (p.97)

Castell (1999) fala desta construção, do ponto de vista sociológico:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (p.23).

De maneira “objetiva”, a identidade é formulada pela genealogia, pelo sexo, inserção social, familiar, cultural e através da condição humana de sua universalidade, é a identificação do “exterior”; correspondente à identidade social. A segunda noção de identidade é a subjetiva, e diz respeito a percepção que o sujeito tem de sua individualidade, ou seja, noções da consciência e definição de si; conjunto de sentimentos, representações, etc. normalmente chamada de identidade pessoal (Lipiansky, 2002).

Tomando então a identidade simultaneamente como construção subjetiva e inscrição social, Giust-Desprairies (2005) descreve o aspecto psíquico e social. Ao nível psíquico, a identidade se dá a partir da introjeção de objetos ambivalentes, identificações com as imagens parentais e sociais, que auxiliarão o sujeito na resolução de conflitos. “A experiência afetiva do sujeito, tomada na sua história, altera as posições psíquicas e os modos de resolução dos conflitos, bem como fornece novas identificações” (Giust-Desprairies, 2005, p.201)

O social oferece seus códigos, valores, referências, sistema de simbolização com o qual o sujeito pode ou não trocar e reconhecer, confirmando ou não suas representações e ideais. Para Giust-Desprairies (2005) a identidade é definida também como “ajuste contínuo entre lógicas psíquicas e lógicas sociais” (p. 202)

O psicossociólogo Jamil Zugheib Neto (2005), na introdução de um de seus trabalhos, que trata da afirmação identitária de druzos na guerra do Líbano, fala sobre a identidade e seus processos afirmando que o processo identificatório é uma construção psicossocial. Continua sobre este processo dizendo que

a sua resultante, o sentimento de identidade será uma representação, uma construção subjetiva e sempre inacabada nos ensaios realizados pelo sujeito para conceber-se e atingir uma totalidade. Ela se inscreve em uma temporalidade e tem a ver com a procura de um sentido pessoal na existência, com um projeto de vida, com a congruência e com a necessidade de sentir-se coerente, solidez almejada e que é permeada pela ilusão (p.15).

Para Zugheib Neto (2005), os grupos são suporte na interação social *versus* psíquico. Funcionam como princípios organizadores da realidade e/ou sistemas de defesa contra incertezas nas estruturas e projeções superegógicas do sujeito.

Considerando o termo crise, de maneira mais branda, Zugheib Neto (2005) se refere à sociedade atual e os apelos que esta produz incessantemente nos sujeitos. Esta demanda constante de tomada de posições, gerando expectativas, provoca sentimentos difusos e por vezes mal percebidos que ameaçam a integridade psicológica, refletem em desconforto identitário. O estresse provocado por este momento de desregulação e agressão às relações simbólicas e produções imaginárias, faz com que o sujeito recorra às suas bases.

Sobre o assunto crise, Giust-Desprairies (2005) sublinha que esta se dá a partir de um conflito já existente. Revela a ilusão e instabilidade de uma integridade identitária: “A perda de âncoras externas coloca em evidência as deficiências nas identificações, a precariedade dos objetos sociais como sucessores de objetos primários e a fragilidade da relação como seus objetos” (p.203-204). No momento em que há uma mudança social, o sujeito é chamado a se voltar para seus recursos internos, quando traz à consciência seu processo identificatório.

Considerando o viés da fé, Zugheib Neto (2005) diz que quando esta é mobilizada, de alguma maneira, o indivíduo é remetido tanto às suas memórias individuais como à sua história coletiva. Refazendo seu trajeto existencial, relembra ensinamentos comunitários e os saberes trocados por pessoas de sua relação.

Também Erikson (1987) compreende o homem como um ser biopsicossocial. A existência do indivíduo obtém continuidade temporal e organização na forma, por três processos fundamentais e constantes, a saber, o processo biológico, o social e o processo do ego. O primeiro diz respeito à organização hierárquica dos sistemas orgânicos que possibilitam o ciclo vital. No processo social há a organização geográfica, histórica e cultural dos organismos em grupos. E o processo do ego, como sendo o princípio organizacional que mantém no indivíduo uma personalidade coerente, uniforme e contínua em sua vivência pessoal e para outros. Uma preponderância (indevida) em alguns desses processos, tira do indivíduo seu equilíbrio geral.

Erikson (1987) conceitua o sentimento de identidade como um sentimento subjetivo, uniforme e de continuidade. Segundo este, quando William James refere-se a “caráter”, está, na verdade, descrevendo o sentimento de identidade, que é um sentimento que se revela, pois já está lá, construído subjetivamente:

O caráter de um homem é discernível na atitude mental ou moral em que, quando chegou o momento de revelar-se-lhe, ele se sentiu mais profunda e intensamente ativo e vivo. Em tais momentos, existe uma voz íntima que nos fala e diz: “Isto é o que realmente eu sou!” (p.17-18).

Giust-Desprairies (2005) entende que o sentimento de identidade é produzido quando há a possibilidade de uma ligação significativa para o indivíduo entre seu interior e o meio externo. Os grupos são um exemplo de onde o sentimento de identidade pode se desenvolver. Ali há vínculos fortalecidos, objetos e projetos comuns. Configura-se no grupo aquilo, de outra forma, citado por Zugheib Neto (2005): fonte de sustentação e apoio entre sujeito e sociedade.

Erikson (1987) pontuava que qualquer teoria que não considerasse o meio seria insuficiente para o estudo da identidade. No que se refere ao desenvolvimento do indivíduo, “meios anteriores” são constituintes deste e, portanto, mesmo como recém-nascidos, já nos encontramos como pessoas em um meio, que trazem em si este meio.

Com relação à influência das formas sociais na estrutura familiar e desta, na seqüência, sobre a conduta do indivíduo, Freud (1938/1969) diz “esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação não somente a personalidade dos próprios pais, mas também a família, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do *milieu* social imediato que representam” (p.171).

A referência a um meio anterior remete aos arquétipos de Jung (1961/2003) que, segundo este, são estruturas inconscientes que perpassam o tempo, e tem ligação com as representações herdadas. Golbrunner (1961) define os arquétipos em Jung, como imagens antigas e primordiais impressas na psique durante os tempos.

Além do inconsciente pessoal, há o inconsciente coletivo. Para Jung (1921/1991) o coletivo tem relação com a vida ancestral e significa “... todos os conteúdos psíquicos que não são próprios de um, mas de muitos indivíduos ao mesmo tempo, ou seja, de uma sociedade, de um povo ou da humanidade” (p. 398). Nesse sentido são complementares as idéias desses últimos autores no tocante à influência do social na formação da identidade.

Augras (2002) refere-se à herança genética, dizendo que esta traz consigo informações acerca dos estados anteriores da espécie do indivíduo e, de maneira especial, de sua linhagem. Isto implica em ter o sujeito, passado e futuro no tempo presente, a totalidade de informações de seu sistema, através do tempo biológico.

Escreve ainda Erikson (1987) que, em todas as instâncias do processo mental, dá-se um processo de reflexão e observação conjuntos, que geralmente é inconsciente, onde o indivíduo pensa a si mesmo a partir de como percebe que os outros o julgam, como também julga como os outros o percebem, a partir do que pensa de si em comparação com os outros e os tipos significantes para estes.

Esta percepção de Erikson (1987) é hoje extremamente atual quando a questão é a identidade e sua construção. São muitos os estudiosos que entendem que a formação de identidade se dá no contato com o outro, em sociedade. Fala-se então em alteridade, na percepção do que sou a partir do que não sou, do idêntico e do diferente.

Para a fenomenologia existencial, e segundo Augras (2002), o mundo da coexistência não se coloca em termos de oposição ou de justaposição, e sim de complementaridade. O outro não é aquele do qual eu me separo. É sim, alguém de quem não me distingo. É também no meio dos outros que eu me encontro.

A autora reflete: Como apreender o diferente, se não se tem o diferente em si? Afirma que a alteridade faz parte do ser. “Integrar a duplicidade do ser idêntico e outro torna-se problema central do indivíduo à procura da sua verdade” (Augras, 1986/2002, p.56).

Silva (2000) traz em seu texto a permeável linha entre a identidade e a diferença. Segundo ele, a identidade pode ser traduzida como aquilo que sou e a diferença como o que não sou. Portanto, uma sendo referencial para a outra. Coloca identidade e diferença como criações sócio-culturais, sendo, portanto, impostas por relações de poder. Quando se faz distinção entre *eu* e o *outro*, entre *nós* e *eles*, está se demarcando fronteiras. “Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder” (p.82).

A divisão, separação implica em classificação e especialmente aquela que acontece a partir de oposições binárias. Silva (2000) cita Derrida, filósofo francês, para quem as oposições binárias veiculam a idéia de que, nesta situação, uma das posições é privilegiada, valorada como positiva em detrimento da outra que agrega valor negativo.

O poder se manifesta nas questões de identidade, quando do processo de normatização:

Normatizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade... A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (Silva, 2000, p.83).

## 2 – *Self*

Um estudioso do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, João de Pina Cabral (2004) faz distinção entre os dois fenômenos identitários: identidade e *self*. Como identidade, considera um conjunto de objetivações, onde se incluem nomes, estatutos, estória, formas de falar vestir, etc., que compõe o relacionamento da pessoa com o grupo, ao se apropriar socialmente do mundo. O *self* é a:

forma como a memória cria um sentimento de unicidade e durabilidade que, dialogando com as objetivações que constituem a identidade, permite a pessoa construir um nexos de interesses e reações que reforçam e/ou adaptam a identidade(p.4).

Justo (2001) traz definições de *self* a partir de Kinget (1962) e Rogers (1966).

O primeiro conceitua *self* como:

conjunto de percepções, organizado, porém mutável, de percepções referentes ao próprio indivíduo, refletindo, para ele, sua identidade: características atualizadas ou possíveis – qualidades, falhas, capacidades, limitações, valores, recordações, aspirações (...) (p. 33, in Justo, 2001, p.36).

Para Rogers (1996, in Justo, 2001), outros termos, além de *self*, como idéia ou imagem de si, estrutura do *self*, dizem respeito à configuração experiencial. Esta é composta de percepções dirigidas ao indivíduo, suas relações com o ambiente social, a vida de maneira geral, e também como os valores por ele atribuídos a essas percepções.

A gênese do *self* se dá, para Rogers (1996, in Justo, 2001) quando a criança, ao perceber objetos de seu ambiente, vai dando significados a estes. O *self* é um dos

componentes importantes para o crescimento da pessoa, para sua personalidade. É o núcleo central do indivíduo. “Gradativamente, parte do mundo privado é reconhecido como “eu”, “eu mesmo”. É o self, a consciência de ser e funcionar” (Justo, 2001, p.78)

Possuem o self, duas características relevantes. O de estar em fluxo constante, em processo de organização e reorganização, e não por meio de acréscimo ou perda. Outra característica é a de estar esta configuração experiencial disponível à consciência, embora nem sempre plenamente consciente.

O self é o elemento orientador de cada indivíduo em sua tendência à atualização ou realização. É o self o gerador do conceito de percepção que o indivíduo tem de si e da realidade. Justo (2001), fundado em Rogers, escreve que “qualquer aspecto da experiência é assimilado segundo a maneira de se relacionar com o *self*” (p.41). O self “é a identidade única e especial, a pessoa, a personalidade” (Jourard, 1997, p.156 in Justo, 2001, p.78).

Gergen (1991, 1997, 1999 in Rasesa, 2004) em suas obras, abandona a definição de self enquanto “nuclear, organizado, estável e autêntico” contemplado na ciência moderna (p.159). Para aquele, a descrição do self está relacionado ao discurso. Este está ligado a condições sócio-históricas que trazem novo vocabulário ao termo, e considerando as maneiras socialmente presentes de narrativas do self que sustentam relações.

Para o autor, uma nova forma de descrever o self surge a partir da saturação social, consequência do desenvolvimento tecnológico (transportes, telecomunicações) das últimas décadas: o self saturado. Esta primeira descrição de self advém dos padrões de relacionamento social pós-moderno. Neste tempo há fluxo intenso de contato entre pessoas, tradições, que trazem várias possibilidades de ser,

de se relacionar. Neste trecho lembramos autores já citados como Hall (1997) e Giust-Desprairies (2005) ao discorrerem sobre a pós-modernidade e o sujeito por ela produzido. Estas questões, trazidas por Gergen (1991, 1997, 1999 in Rasera, 2004) tornam complexos os diálogos internos e levam a consciência de que a verdade sobre si mesmo é momentânea e construída em determinado período de tempo e em dada situação relacional.

Essa conjuntura exige do indivíduo um investimento maior do self para manutenção dos diversos relacionamentos. As dúvidas sobre si são mais presentes. Diante do dito, Gergen (1991, in Guanaes, Japur et Rasera, 2004) traz uma segunda descrição de self, o self relacional. Aqui os “aspectos prévios e referidos do self individual se tornam nessa descrição parte de relacionamentos” (p.159). São sinais desse self relacional o domínio social da história pessoal; a compreensão da emoção a partir da cultura; a descrição da moralidade como fenômeno relacional, a decisão moral circunscrita culturalmente.

Entendendo as macronarrativas como narrativas que se referem a longos períodos de tempo, o autor ora citado sublinha que:

na medida que a cultura valoriza a consistência entre as narrativas, as macronarrativas passam a ter uma importância significativa, sendo base sobre a qual se constrói outras narrativas. Assim, narrativas sobre quem somos nas rápidas situações cotidianas de nossa vida ganham uma maior consistência à medida que inseridas numa narrativa de nós mesmos que inclua descrições de situações antigas (Gergen, 1997 in Rasera, 2004, p. 160).

A estabilidade do self é produto então, não mais de uma organização interna, mais sim decorrente de uma construção narrativa, do modo como se interliga eventos. Nessa visão construcionista o que há é uma narrativa da estabilidade que

serve à descrição de uma identidade duradoura e coerente, para a manutenção de relacionamentos seguros. Assim, validada na comunidade, a narrativa promove a construção de uma rede de identidades recíprocas.

Na construção do self, Harré (1998) considera as dimensões relacional, temporal e contextual no processo. Seu entendimento e teoria sobre o self é o da Psicologia Discursiva, para a investigação dos fenômenos psicológicos. Esta tem no discurso, o meio de construção da personalidade, na medida em que o indivíduo interage com outras pessoas em determinada cultura. Para o autor o self é uma descrição, uma forma gramatical do “senso de self”; este que proporciona a unicidade, singularidade e continuidade da pessoa.

Em sua compreensão a pessoa é, discursivamente falando, a composição de três *selves*. Self 1: relacionado a noção de corporeidade, ao senso de localização como pessoa, a uma vida contínua e singular; no discurso caracteriza-se pela gramática pronominal - eu. Self 2: diz respeito àquelas características que fazem do indivíduo, único e diferente dos demais, é o senso de singularidade; expressa-se no discurso por narrativas autobiográficas. Self 3: coloca o que a totalidade do self 2 provoca no outro; expressa-se pelas impressões de outrem sobre o self.

Safra (2002) em seu artigo *Memória e Subjetivação* traz a importância da memória como meio de ligação entre o homem e a sua história. Segundo ele, têm-se na clínica do self, quatro modalidades de memória, das quais a memória étnica é uma delas. Conceitua esta como “formas sensoriais que constituíram a fundação do self e que enraízam a pessoa em uma determinada etnia” (p. 21).

Para ilustrar sua compreensão da importância do meio na formação do self e para compreensão da condição humana, Safra (2002) traz à luz Winnicott quando diz

que não existe o bebê sem sua mãe. Disto deriva que “não existe o self sem o outro, o self acontece no mundo” (p.22).

Cada indivíduo é a memória étnica de seus ancestrais. No tempo em que o bebê se apropria do corpo materno como seu, traz pra sua formação também aspectos étnicos da cultura em que nasceu. Para Safra (2002) esta é a dimensão étnica do self.

esses elementos étnicos se desenvolvem e ganham sofisticação, ao longo do desenvolvimento, pelo convívio da criança com as pessoas em seu meio ambiente, pela apropriação do *ethos*, refletindo na corporeidade nas emoções e atitudes, desses outros significativos (p. 23)

O mundo apreendido através da singularidade de cada um e da importância dos outros no devir humano, remete à memória transgeracional, que considera a ligação com mitos, objetos culturais e ritos.

Quando lembra em seus escritos o público e o privado na formação do self, Safra(2002) afirma que se este é bem constituído, em dada momento, a pessoa é a sua singularidade na relação com os outros. Em outro, admite em si os seus ancestrais e todas presenças atuais e simbólicas participantes e construtoras de sua história e, portanto, de sua singularidade. “Com a evolução do self, à medida que a pessoa caminha rumo ao campo social, há a necessidade de que o indivíduo possa articular, ao mesmo tempo, a vida privada e a vida pública, para encontrar no campo social, inserções que preservem o seu estilo de ser e a sua história” (p.27).

Complementando este pensamento, o autor cita Weil (1996, in Safra, 2002) e a sua preocupação com o que chama de “desenraizamento”. A imigração é uma forma do desenraizar e coloca o sujeito distante de memória étnica e cultura de seu povo, deslocado do tempo e da história. “Tendo clareza de que o self acontece

em um meio ambiente, é evidente que as fragmentações culturais favorecem o aparecimento de fendas na constituição do si - mesmo” (Safra, 2002, p.28).

A pessoa que se distanciou de suas raízes vive uma busca constante da memória que desconhece. Esta nostalgia o leva a buscar no outro este conteúdo.

### **3 –Pertença**

O sentimento de pertença é, segundo Calin (2005), a dimensão social da identidade. A genealogia inscreve o indivíduo nos grupos sociais e os grupos de pertencimento variam cultural e historicamente. Neste trabalho nos referimos especialmente a grupos como as comunidades étnicas e nações, por exemplo. E o sentimento de pertencimento aqui está voltado para a dimensão étnica e social, apesar de sua pluridimensionalidade.

Em seu texto *Le Sens D'Appartenance*, Scognamiglio ([www.giangukai.org](http://www.giangukai.org)), significa pertença como sendo uma consciência da própria identidade, construída e definida a partir do “eu”. É ainda sentir-se parte integrante de um grupo, com o qual compartilha comportamentos, padrões de pensamento, atitudes. Diz o autor, complementando e confirmando Calin (2005), que a dimensão pessoal é anterior à dimensão social da pertença, que diz respeito à relação com o meio, os sujeitos e as comunidades a que se refere.

A identificação, do “eu” com o “nós”, é estruturante da pertença. Neste processo o indivíduo se reconhece e é reconhecido como membro de um grupo. A pertença permite a reflexão de sua própria identidade, valores e, sobre os valores vivenciados com o grupo do qual se faz parte.

Ter consciência das raízes, história e própria cultura determina as condições para uma pertença. Esta situação fornece um referencial de comparação, o outro; o reconhecimento do “diferente”.

Para Zugheib Neto (2005) as unidades de pertencimento oferecem condições para o sujeito organizar um projeto de vida, que é construído ao longo de sua existência, compartilhado com seus semelhantes. Os diferentes laços simbólicos estabelecidos provocam novas configurações intersubjetivas. Estas colaboram para minimizar o sentimento de desamparo, proporcionando, ainda que, “ilusoriamente, a sensação de proteção, de unidade, de coerência e de mesma idade no tempo”(p.10). Assim a debilidade no sentimento de pertença, dificulta o enfrentamento a desafios colocados pela vida.

Complementando o anteriormente dito, em matéria liberada pelo governo do Canadá ([www.cic.gc.ca](http://www.cic.gc.ca)) a pertença é assim definida: “É um sentimento que reforça os laços com as raízes ancestrais pelas quais se perpetua todo um patrimônio hereditário da família: língua, artes e dança, música e tradição oral. É uma hereditariedade sólida, que condiciona toda a vida e que fortalece a auto-estima nas novas gerações”.

É percebida acima a referência à pertença familiar e étnica. Contudo é consenso entre vários autores, que o indivíduo pode na sua formação identitária, individual ou social, pertencer a muitos grupos, seja o religioso, o familiar, o de gênero, o de raça, etc.

Mead (1953, in Ewald, 2005), baseado na idéia já explicitada em Capítulo anterior de que o indivíduo se constitui na relação com o outro, faz afirmação sobre o pertencimento. Diz que o sujeito só chega a ser autoconsciente se pertencente a uma meio social, a uma comunidade.

No escrito citado, *A Pertença* (www.cic.gc.ca), o autor faz menção a importância deste tópico, na saúde do indivíduo e da coletividade: “Quanto mais a pertença penetra os diferentes aspectos da existência, mais forte é o sentimento de conforto e de bem-estar. Quanto mais conhecemos sobre cada um desses aspectos, mais nos sentimos em casa e mais poderemos contribuir para o bem-estar coletivo”.

A importância do elo afetivo como produtor de laços de união entre pessoas e a comunidade de pertencimento, a integralização à comunidade é lembrado por Ewald (2005). Sobre este processo explica: “À medida que uma idéia se dissemina pela sua eficiência e toma conta das consciências, pensar fora dela demanda esforço e posicionamento crítico” (p.227). Safra (2002) tira de suas observações clínicas a importância do pertencer, da identificação com elementos da história do indivíduo, para a manutenção da saúde psíquica.

Calin (2005), em seu texto *Construção Identitária e Sentimento de Pertença*, já utilizado neste trabalho, defende que a dupla pertença cultural não é viável a termo, considerada as questões assinaladas no Capítulo Identidade, supra citado. Para ele, a solução, principalmente para a questão transgeracional, é “a passagem de uma lógica de pertença coletiva a uma lógica de trajetória privada”. Desta forma, o que asseguraria a inserção social seria a história transgeracional assumida e não mais uma pertença imposta socialmente (p.04).

Sob esta perspectiva há congruência de Calin (2005) com outros autores, onde falam da construção dinâmica da identidade. Para o autor essa concepção traz maior adaptabilidade, menos risco de “dissoluções identitárias, graças a uma solidez de inscrição em uma história privada transgeracional”. Nessa dimensão, menos imposta há um aumento de liberdade e também de responsabilidade do sujeito sobre sua própria trajetória (p.04-05).

#### **4 – Estratégias identitárias dos imigrantes**

Erikson (1987) e Calin (2005) destacam a adolescência como fase marcante para a apropriação da identidade. Este último coloca que na adultez, podem ocorrer ainda, evoluções identitárias, produzidas por determinados eventos de vida, como, por exemplo, a emigração, que demandam remanejamentos identitários e que é, no seu entender, sinônimo de ruptura. “A migração coloca em questão a continuidade do sentimento identitário, e torna difícil os remanejamentos identitários necessários para que o sujeito de adapte à sua nova situação objetiva sem conflitos interiores maiores” (Calin, 2005, p.03).<sup>1</sup>

Ou seja, para que a identidade “objetiva” tenha sentido, é necessária a elaboração de um sentimento de identidade de natureza psicológica. Este sentimento identitário não é estanque e está suscetível, segundo ele, a variações, independente da idade ou estrutura do indivíduo. São as vivências do sujeito que darão o tom a estas evoluções de identidade, na sua intensidade, dificuldades e maneira positiva ou negativa de processar.

Cabe aqui introduzir conceitos elaborados a partir de pesquisas feitas relacionadas às Estratégias Identitárias. Por estratégias identitárias se entende a maneira de agir, processos, conscientes ou inconscientes, do sujeito para atender a finalidades. Estas últimas podem ser explícitas ou estar a nível inconsciente. Aqueles processos se dão em função de uma situação de interação, considerada em diferentes aspectos, seja sócio-histórico, psicológico ou cultural.

A definição acima é dada por Lipiansky, Taboada-Leonetti e Vasquez (2002) na introdução da obra que trata de estratégias identitárias. Tendo como fonte algumas

---

<sup>1</sup> -Original em francês: (...)la migration met fortement en cause la continuité du sentiment identitaire, et rend difficiles les réaménagements identitaires nécessaires pour que le sujet s’adapte à sa nouvelle situation objective sans déchirements intérieurs majeurs.”

pesquisas deste compendio, serão trazidos algumas reflexões sobre o assunto na seqüência.

Malewska (2002), após estudos realizados, observa que as estratégias identitárias não são só produto das interações, visto que em situações sociais semelhantes, têm-se estratégias diferentes. Então, considera que elas são influenciadas também por identificações anteriores, valores e a história do indivíduo.

Em uma forma complementar Kastersztein (2002) segue dizendo:

Falar de estratégias identitárias (...), supõe clarificar o que são as “vitórias identitárias”, ou seja, quais finalidades os atores buscam quando põe em questão sua estrutura identitária atual, quando tentam fazer aceitar, reconhecer, valorizar depois impor uma estrutura. É também definir quais comportamentos individuais ou coletivos, conscientes ou inconscientes, adaptados ou inadaptados, são convocados para atender estas vitórias contra um adversário que pode ser si mesmo, os outros em interação concreta (família, amigos, colegas...), ou o sistema social (p.31).<sup>2</sup>

Segundo Kastersztein (2002), vários trabalhos mostram que uma das finalidades estratégicas essenciais para o indivíduo é o reconhecimento de sua existência no sistema social. Questão esta já comentada no item anterior: Pertença.

Analisando a situação do estrangeiro ao chegar em determinado grupo, o autor acima citado diz que a este é dado um tempo para que se adapte, suportando neste período somente algumas sanções. É o momento quando o grupo se mostra surpreso, ou ri, por exemplo. Se o indivíduo ultrapassa este tempo dado, estará

---

<sup>2</sup> - Original em francês: Parler de stratégies identitaires, (...) suppose de clarifier ce que sont les “victoires identitaires”, c’est-à-dire quelles finalités les acteurs poursuivent lorsqu’ils mettent en cause leur scuture identitaire actuelle, lorsqu’ils tentent de faire accepter, reconnaître, valoriser puis imposer une scuture. C’est aussi définir quels comportements individuels ou inadptés, sont mis en place pour atteindre ces victoires contre un adversaire qui peut-être soi-même, les autres em interaction concrète (famille, amis, collègues...), ou lê système social.

sujeito a mais sanções até a exclusão temporária ou definitiva. Colocado sob pressão social, há um aumento na intensidade do sentimento de pertença ao grupo de origem.

Nessa situação, o ator define objetivos intencionando provar sua pertença ou explicitar seu desejo de integração. De acordo com Kastersztein (2002) estes objetivos podem ser: a conformização, o anonimato e a assimilação.

No primeiro mecanismo dá-se uma avaliação consciente ou não, do grau de similaridade existente entre ator e ambiente – comportamentos, valores, opiniões, desejos, etc. Diante da percepção do distanciamento e pressão social, o indivíduo passa a ter comportamentos para atender as demandas sociais, que podem não ser aceitos psicologicamente. Tem-se aqui a contradição entre comportamentos internos e externos.

O anonimato está relacionado à diluição da responsabilidade, a não se deixar sobressair, mostrando-se respeitoso das regras estabelecidas. *Se fondre dans la foule*, misturar-se aos outros a ponto de atingir a descaracterização individual (Kastersztein, 2002).

A terceira estratégia identificada pelo autor é a assimilação. Considerada como uma das mais fortes maneiras de se fazer pertencente, a tal ponto que esta pertença não poderá mais ser questionada. Ao aceitar normas e valores dominantes, o sujeito abandona, de certa maneira, suas características culturais e históricas.

Essas três finalidades: conformização, anonimato, assimilação, estrategicamente situadas ao lado da similirização são fortemente valorizadas positivamente. Elas tentam, de fato, resolver os conflitos identitários favorecendo o sistema social dominante (Kastersztein, 2002, p.36).

Num tempo posterior, quando o indivíduo sente que suas condutas acontecem por meio de repetição ou mediação, forças psicológicas o levam a mudar este estado. Passa a mudar suas respostas, desejando a diferenciação.

Este comportamento, nomeado diferenciação, exige dele, indivíduo, um desgaste energético, pois deve estar atento para, ao mesmo tempo, criar a diferença, mas não a ponto de ser excluído. “Nós compreendemos o quanto a tarefa dos jovens imigrados é difícil, pois eles devem colocar em jogo uma dupla estratégia de diferenciação: uma em relação aos membros de sua cultura de origem, e outro em relação aos de sua cultura de acolhida (...)” (Kastersztein, 2002, p.38).

A visibilidade social, uma outra estratégia usada quando a diferença e a singularidade são ameaçadas, trata da aceitação subjetiva e objetiva de uma diferença. É a visibilidade conquistada a partir da diferença assumida; diferenças mesmo julgadas negativamente.

O mais radical dos mecanismos de diferenciação é a singularização ou individuação. Ser originais nas vestimentas, na personalização de objetos, e outros são maneiras de operar a singularidade. Não se desconsiderando as formas mais profundas de resposta a este objetivo.

Geralmente a sociedade rejeita o indivíduo diferente, pertencente à outra cultura, reprimindo os atos individualizados. Diante da possibilidade de desvalorização, o sujeito tentará, num primeiro momento, fazer-se incomparável, ao invés de ser considerado inferior. “A singularização, necessidade psicológica, conduz às vezes a uma recusa da valorização positiva, força motriz considerada por vários autores como fundamental e universal” (Kastersztein, 2002, p.40).

Continuando as reflexões sobre o processo migratório, Calin (2005) sublinha que, as dificuldades que surgem posteriormente à escolha de emigrar traduzem-se

por uma negação da ruptura migratória, onde se evita assumir a responsabilidade da escolha e suas conseqüências. E para ele a propensão à negação é tida como prejudicial ao psíquico, além de impedir a ligação do sujeito com o real e consigo mesmo.

Em termos psicanalíticos, o autor supra citado, descreve como sinais da ruptura:

O enfraquecimento da dimensão voluntária da partida; o enfraquecimento da escolha do país de acolhida; a idealização retrospectiva do país de origem; a idealização retrospectiva da situação pessoal no país de origem; a substituição da idéia de uma estada profissional no estrangeiro em substituição à realidade da emigração (p.03).<sup>3</sup>

Diante dessas observações, coloca questões que envolvem os filhos e as gerações seguintes aos imigrantes. Calin (2005) explica que, geralmente são indivíduos mais fortes, aqueles que têm a força para emigrar. Estes possuem uma “identidade de base” estruturada sobre costumes e hábitos de sua infância e adolescência no país natal. Diante da aparente força, supõe-se que esta identidade seja sólida a ponto de proteger estes imigrantes de primeira geração de conflitos pessoais mais graves, dando também condições de superar as dificuldades de imigração.

Contudo, a situação dos filhos é diversa, pois devem construir, por si, sua identidade no país que os acolhe. Construção esta dificultada pela negação da ruptura migratória dos pais, que impossibilita uma inserção social razoável, nem no país que acolhe, nem no país de origem, além de ser também

---

<sup>3</sup> Original em francês: L'effacement de la dimension volontaire du départ; l'effacement du choix du pays d'accueil; l'idéalisation rétrospective du pays d'origine; L'idéalisation rétrospective de la situation personnelle dans le pays d'origine; la substitution de l'idée d'un séjour professionnel à l'étranger en lieu et place de la réalité de l'émigration.

agravada pela idealização do país de origem e a ignorância de suas evoluções, tornam totalmente inadequada esta *educação nostálgica*, mesmo na perspectiva de um retorno ao país; as tentativas de retorno ao país dos filhos de imigrantes, sós como em família, são problemáticas, e até catastróficas(Calin, 2005, p.03)

Um outro lado desta negação é registrado em alguns casos, em forma de uma reação marcada por uma vontade radical de assimilação ao país que acolhe. Reação esta funcional, pois facilita a inserção de todos os membros da família, principalmente no que diz respeito à assimilação da língua, instrumento importante no cotidiano pessoal e profissional. Observa-se aqui a concordância sobre a estratégia identitária da assimilação citada anteriormente por Kastersztein (2002).

Identitariamente falando, essa reação leva a pessoa a aderir à identidade dos do país que a recebe, levando-a a comportamentos de conformidade e deslocados, beirando o “ridículo e o trágico” (Calin, 2005, p.04).

O autor coloca ainda que esse tipo de negação configura-se agora como negação do país de origem e possui características psíquicas. Cita a rigidez psíquica, o risco de extremismo e conflitos intergeracionais. “(...) este tipo de negação parental sobre a origem, como toda mentira neste domínio, é uma fábrica de perturbações psíquicas (...)” (Calin, 2005, p. 04).

Calin (2005) nesse texto chama a atenção para o perigo social do multiculturalismo, dos modos ideológicos anglo-saxões do interculturalismo que reforçam a ligação à cultura do país de origem. Esta manutenção dos laços pode alcançar o ponto de promover pensamentos e grupos de segregação. Diante do dito, lembra a necessidade de compatibilidades externa e interna da cultura original com a

do país de acolhimento. Externa referindo-se aos padrões sociais e, interna à coesão interior do indivíduo.

No artigo *O Imigrante no Espaço Urbano: Impasses, Estranheza e Psicose*, Ferreira (2001) trata das questões subjetivas e de alteridade do migrante. Em seus escritos têm-se, em outra linguagem, pontos concordantes entre este e autores anteriormente citados. Analisa como o lugar de estranho pode provocar rupturas no sujeito, acarretando distúrbios psicológicos.

No início do processo migratório o indivíduo entra em conflito com seus referenciais anteriores e tem defasado seu sistema de representações em função da resposta a ser dada às solicitações do momento. Os imigrantes se vêm afastados de suas bases sócio-afetivos e culturais. Desta maneira, “a experiência com o estranho pode ser entendida como sendo aquilo que provoca a desarticulação do sujeito, enquanto que a experiência com o que é familiar reforça os aspectos que referendam o eu” (Ferreira, 2001, p.01).

## CAPÍTULO II

### 5 – Cultura e Identidade

Toma-se aqui a cultura como veículo para a compreensão da identidade, tendo como inspiração a afirmação de Machado (2006) de que “inexiste a noção de identidade fora da estrutura sócio-cultural” (p.01). A partir de uma perspectiva etnopsiquiátrica, Devereux (1970, *in* Lipiansky, Taboada-Leonetti, Vasquez, 2000) afirma ser impossível se conservar uma identidade independente de um modelo cultural. Este modelo deixará seu registro no inconsciente individual, que, enquanto idiossincrático, tem suas raízes tomadas do inconsciente cultural ao qual se vê ligado. É a cultura quem fornece, segundo ele, pensamentos, desejos, do inconsciente e funções do eu.

Para Castell (1999) a identidade é construída a partir de um atributo cultural, ou atributos culturais que se relacionam, onde estes prevalecem sobre outras fontes de significados. “Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social” (p.22).

De acordo com Ewald (2005) a cultura é orientadora da ação do indivíduo além de fonte de significação, participante da construção pessoal. O antropólogo Geertz (1989) falando sobre a cultura diz que esta, através de padrões culturais e significados criados ao longo da história, “dão forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas” (p.64). Zugheib Neto (2005) afirma que a cultura é modelo para a estruturação egóica do indivíduo, através das significações históricas e sociais que

darão referência e sentido as representações, que caracterizam sua etnia, e seu comportamento.

Especificando melhor os conceitos de identidade, Zugheib Neto (2005) lembra que a identidade étnica é uma das possíveis identidades coletivas. Aquela diz respeito principalmente a um passado comum e mítico, que lhe acrescenta um caráter filial e de parentalidade; funda a memória coletiva e delimita suas fronteiras simbólicas.

Traz a identidade coletiva como uma face da identidade individual, dizendo respeito às relações com os que se assemelham ao indivíduo, influenciados pelo pensamento social, ideologias, crenças. Põe em paralelo a essa identidade o pertencimento, que vem ao dividir um referencial de vida, e um imaginário comum que formulam valores, normas que regem o comportamento social do indivíduo.

Para Hall (1997) os aspectos de nossas identidades oriundos de nossa pertença a culturas étnicas, lingüísticas, raciais, religiosas e nacionais, com ênfase nesta última, são formadores da identidade cultural. Em seu livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, este autor discorre no primeiro capítulo do livro sobre questões da identidade. Ali distingue sobre três concepções de identidade: a do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno.

Na primeira concepção temos uma visão individualista. No segundo momento percebe-se a insuficiência da autonomia do indivíduo, levando ao pensamento de que a identidade é formada na relação do sujeito com os outros, com aqueles de significação para ele. Estes outros são os que mediam para o indivíduo símbolos, valores e sentido presentes no meio em que habita. Mead e Cooley são lembrados com destaque pelo autor, como sendo os introdutores na sociologia da concepção “interativa” do eu e da identidade.

Nesta concepção sociológica clássica o indivíduo é possuidor de um núcleo, essência interior – o eu real – que é formado e modificado no contato com os mundos culturais e suas identidades. Esta identidade faz, portanto, a ligação entre mundo interno e mundo externo.

O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (Hall, 1997, p.12).

A identidade dá estabilidade aos indivíduos e aos mundos culturais que eles habitam, fazendo-os, ambos, mais unificados e predizíveis. O sujeito pós-moderno é aquele decorrente de mudanças estruturais, institucionais e geopolíticas da atualidade. Estas mudanças fazem com que o processo de identificação – projeção e internalização em/de identidades culturais – torne-se provisório, variável e problemático. Produz um indivíduo, segundo Hall (1997), fragmentado, com várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas.

Partilhando a mesma idéia Giust-Desprairies (2005), como Zugheib Neto (2005) em Capítulo anterior, diz que na modernidade são percebidas alterações decorrentes de uma crise, em função de terem sido atingidos vários níveis sejam o individual, o social, o cultural e econômico. Os sistemas significantes dos indivíduos foram abalados, a legitimidade colocada em questão e certas referências perdidas. No conflito, o eu é requisitado a assumir a função de integrador entre necessidades internas e elementos externos.

As sociedades modernas são caracterizadas por constantes e rápidas mudanças e forma reflexiva de vida. Estes processos podem ser ilustrados quando o

assunto é a “globalização”. É Giddens (1990, in Hall, 1997) quem diferencia esta sociedade moderna da sociedade tradicional, que ele define como sociedades onde

o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (Giddens, 1990, p.37-38, in Hall, 1997).

Numa relação interessante entre tempo e coexistência, Augras (2002) afirma que o tempo da convivência social é o tempo presente. Contudo, diz que o mundo da tradição não é passado nas vivências do sujeito, justificando que “a tradição representa um patrimônio que o indivíduo é instado a recolher” (p.30).

Para Laclau (1990, in Hall, 1997) o que mantém certa integralidade das sociedades modernas, apesar de sua característica “diferença” e da variedade de “identidades”, é a possibilidade de articulação destas. Porém, a estrutura identitária permanece aberta, pois considera essa articulação sempre parcial.

Retomando o pensamento já exposto anteriormente, sobre a formação do indivíduo, de sua identidade a partir da relação com o outro, Hall (1997) cita Lacan (1977). Para este último, a formação do eu tem início no momento de contato com os sistemas simbólicos que se encontram no exterior da pessoa. Dentre estes sistemas elenca a cultura e a língua.

Vê-se similaridade em Zugheib Neto (2005), a partir de uma visão freudiana, quando fala que as interações objetais e as significações dadas a elas, articulam-se numa cadeia que, vivenciadas, produzem no sujeito um efeito único. O estímulo externo é metabolizado pela estrutura psíquica, introjetado com representação e,

unidos à forma de busca de satisfação do desejo, é integrado como novo traço no funcionamento do indivíduo.

Desta maneira o sujeito se constrói a partir do outro. Nesse movimento de construção está a cultura que dará a forma à expressão, ação e maneira de sentir do indivíduo, distinguindo-o.

A língua, para Hall (1997), é um sistema social, que além de expressar a intimidade do indivíduo, ativa os significados presentes em si e nos sistemas culturais. Lembra também, que ela é, como a identidade, forma de diferenciação entre o que sou e o outro.

Similar ao citado, Augras (2002) em seu capítulo que trata da fala, inicia: “Tanto a necessidade de colocar-se perante o outro, de integrá-lo, de superar a antinomia identidade-alteridade, quanto a conscientização do sentimento de estranheza levam ao afã de compreender, explicitar, formular a situação do ser no mundo” (p.75).

A função da linguagem vai além da comunicação; ela é a forma de explicitação do ser no mundo. É mediadora entre o eu e o outro, e reveladora do mundo na interação. Lembra ainda a autora que a língua exprime o mundo das culturas, seus conteúdos, estrutura e significados.

De acordo com Hall (1997) uma das principais fontes da identidade cultural são as culturas nacionais. Dentre autores citados por ele, que defendem a mesma idéia, Gellner (1983) afirma que há uma profunda perda subjetiva para o sujeito que não possui uma identificação nacional. A cultura nacional porta em si um sistema de significação cultural, que é conteúdo na formação e transformação da identidade nacional.

O indivíduo faz parte da idéia de nação e de todo o conjunto de significados que esta abarca. Por ser uma comunidade simbólica, a nação tem o “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (Schwarz, 1968, p. 106 in Hall, 1997). Essa cultura nacional que constroem identidades, o faz pelo sentido que produz e que se encontra presente nas histórias sobre a nação e em memórias que conectam seu passado e presente. Hall (1997) recorre a Renan (1990) para falar sobre a constituição da cultura nacional como “comunidade imaginada”: “as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a percepção da herança” (p.63).

Sobre as estratégias representacionais usadas na construção da idéia popular sobre pertencimento ou identidade nacional e contadas através da narrativa da cultura, Hall (1997) cita:

- A narrativa da nação: contada nas histórias e literaturas nacionais, mídia e cultura popular. Dá significado e importância à existência, faz com que o indivíduo se sinta participante dessa narrativa. Faz a conexão entre sua vida diária e o destino nacional, a história da nação.
- A ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade.
- O mito fundacional: uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem no tempo, não num tempo real, mas naquele mítico.

De modo parecido a Calin (2005), Hall (1997) põe em dúvida o poder da identidade nacional de unificar membros de diferentes classes, gêneros e raças em

uma identidade cultural, para representá-los pertencentes à mesma família nacional. Para este último, no mundo moderno, as nações são todas, híbridas culturais.

Sobre o hibridismo, outros autores, se posicionaram. Silva (2000) defende que na teoria cultural contemporânea, alguns movimentos colocam-se como obstáculos na dinâmica produção da identidade e de sua fixação. Dentre tantos a hibridização (metáfora), o sincretismo, a miscigenação trazem uma espécie de mobilidade entre os diferentes territórios da identidade.

O hibridismo – a mistura, a conjunção, o intercuro entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças – coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. (...). A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas (p.87).

Para Bhabha (1996), o “terceiro espaço”, produto da hibridização não é determinado pela identidade preponderante. Ele, enquanto diferença, leva ao questionamento desta identidade.

A globalização traz, segundo Robin (1990, in Hall, 1997), paralela à tendência da hibridização, da homogeneização global, uma contratendência que traz também “uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade. Há juntamente com o impacto do global, um novo interesse pelo local”(p.83).

Nesse sentido, têm-se mais uma vez uma concordância entre os autores Calin (2005) e Hall (1997), no que chamam a atenção para um falso dilema: o de pensar a identidade em tempo de globalização, como só tendo duas possibilidades – o de

retomar suas raízes ou de vê-la desaparecer por meio da assimilação e da homogeneização.

Hall (1997) justifica sua visão, baseado numa terceira possibilidade, a da *tradução*. Para ele, a tradução é uma forma de identidade característica daqueles que deixaram sua terra natal, que estão na intersecção de fronteiras naturais.

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas (Hall, 1997, p.96).

Reafirma Hall (1997), diante do citado, a impossibilidade de pessoas pertencentes a culturas híbridas serem unificadas, moradoras de uma só “casa”. Isto porque são produtos da intersecção de várias histórias e culturas.

Por serem *traduzidos*, esses indivíduos são forçados a abandonar qualquer desejo de buscar a pureza cultural e étnica. “Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (Hall, 1997, p.96-97).

Sobre sua identidade pessoal e cultural, Freud (1926/1969) disse com relação ao Judaísmo:

Muitas forças emocionais obscuras tanto mais poderosas quanto menos podiam ser expressas em palavras, assim como uma nítida consciência de identidade íntima, a segura intimidade de uma construção mental comum. E, para além de tudo isso, havia uma percepção de que era exclusivamente à

minha natureza judaica que eu daria características que se me tornaram indispensáveis no difícil curso da minha vida (p.316).

Vê-se nessas palavras o sentido íntimo, subjetivo citado anteriormente, a que se refere Erikson (1987) e a citação de James (*in* Erikson, 1987). Aquele, inclusive, ao analisar este discurso proferido por Freud, interpreta essas “forças” e “intimidades”, como só compreensíveis àqueles que compartilham determinada comunidade; e que conceitos sejam insuficientes para exprimi-las, sendo melhor o uso de palavras míticas.

Jung (1971/1986) traz o conceito dos arquétipos, que podem ser traduzidos por comportamentos, dos quais nem sempre se tem consciência de seus significados e que se repetem, por meio da cultura de uma civilização. Um arquétipo, facilmente reconhecível em forma de alegoria, para o autor, seria a pátria como mãe. E sobre isto cita: “O arquétipo é, pois a assim chamada *participation mystique* do homem primitivo com a terra em que ele vive e que só abriga os espíritos de seus ancestrais” (Jung, 1922/1987, p.70).

De acordo com Silva (2000), os essencialismos culturais são utilizados como recursos na fixação das identidades nacionais, e, portanto participam da produção da identidade e da diferença. Este autor cita Benedict Anderson na referência as “comunidades imaginadas”, para falar que quando um agrupamento nacional não existe na realidade, é preciso imaginá-lo, inventá-lo. “É necessário criar laços imaginários que permitam ligar pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum sentimento de terem qualquer coisa em comum” (p.85) São da mesma forma elementos fundamentais nesse processo, a língua e os símbolos nacionais. Dentre os símbolos, destacam-se os mitos, que dão a identidade nacional a afetividade que garante estabilidade e fixação.

Winicott (1975) fala dos mitos como produtos importantes da tradição oral, pois que são meios para a transmissão da história juntamente com a tradição. Percebe ainda a cultura como o lugar onde podem acontecer trocas de experiências de vida, inclusive transgeracionalmente.

Castell (1999) hipotetiza sobre a língua, dizendo que: “Uma língua plenamente desenvolvida, constitui um atributo fundamental de auto-reconhecimento, bem como de estabelecimento de uma fronteira nacional invisível em moldes menos arbitrários que os da territorialidade, e menos exclusivos que os da etnia” (p.70).

Desejando expressar a mobilidade inerente à identidade, Silva (2000) utiliza viagem em geral, para metaforizar aquela. É a viagem que provoca o sentimento de ser “estrangeiro”, de outra maneira, de ser o “outro”. “A viagem proporciona a experiência do “não sentir-se em casa” que, na perspectiva da teoria cultural contemporânea, caracteriza, na verdade, toda a identidade cultural” (p.88).

## PARTE II – ASPECTOS METODOLÓGICOS

### 6 – Metodologia

A história tem no século XIX o positivismo, a lógica racionalista e as Ciências da Natureza, onde a simplicidade e o objetivismo imperavam. Este paradigma positivista e as características que o acompanham estão fortemente ligados ao método quantitativo de pesquisa.

Em contraponto às Ciências citadas, surge há pouco mais de um século as Ciências do Homem. Neste momento o homem passa a ser o objeto de estudo e a experiência humana individual valorizada. Para esta investigação é iniciado o método qualitativo (Turato, 2003).

A pesquisa qualitativa, usada para o desenvolvimento deste trabalho, considera o sujeito psicológico, que pensa e dá significado aos fenômenos. Moreira (2004) sintetiza dentre outras características deste modo de investigação a atenção à interpretação; o interesse pela subjetividade; o foco no processo e não no resultado; a flexibilidade por parte do pesquisador na condução dos trabalhos; a percepção do contexto, pela crença de que comportamento e situação têm ligação na formação da experiência.

De acordo com Turato (2003) dentre as fases históricas das pesquisas qualitativas tem-se a *fase modernista* ou *idade de ouro* (1950-1970) onde toma corpo a fenomenologia. No século XX, um dos pensadores de maior destaque no Existencialismo – Kierkegaard – toma a existência como tema e o indivíduo como categoria essencial desta existência. Para este, para a obtenção da verdade, o pensamento deve alcançar o mais profundo da existência, considerar a subjetividade

do indivíduo: a própria verdade com raízes na existência concreta e integrada de cada indivíduo particular (Giles, 1989).

Este movimento existencialista alimentou-se na fenomenologia e encontrou campo na Psicologia Clínica. Os clínicos solicitavam uma Psicologia mais humanista, pois como coloca May (1958, in Giorgi, 1978), para superar incertezas e ansiedades em sua prática terapêutica, estes profissionais precisariam ir além das técnicas atentando para a compreensão do homem como pessoa, para as questões subjacentes à natureza humana.

A fenomenologia é a ciência que estuda os fenômenos. Pretende a descrição da realidade, do objeto, do fato, considerado na sua essência; de como estes fatos reais se apresentam à consciência de quem os experenciam. É assim na visão de Petrelli (2001) a ciência da realidade significativa de cada um, do indivíduo particular.

Como base filosófica de destaque entre as metodologias qualitativas atuais, a Fenomenologia tem em Platão e Aristóteles, os inspiradores de seus grandes nomes: E. Husserl e M. Heidegger, respectivamente. De uma maneira geral, fenômeno é tudo aquilo de que se pode ter consciência e para Husserl (Giles, 1989) são considerados não só os objetos da consciência, como também os atos conscientes - volitivos, afetivos, intelectivos.

É Husserl, considerado precursor da fenomenologia, quem dará à temática de pensadores existencialistas como Kierkegaard e Nietzsche um método: o método fenomenológico. Para este filósofo, somente a ciência que possibilite um contato direto com o *eidós*, a essência, ajudará no conhecimento do homem ocidental. A fenomenologia husserliana, que é analítica ou descritiva, importa-se em apreender

aquilo que se manifesta à consciência; diz respeito ao conteúdo intencional desta. (Giles, 1989).

Vários são os autores que tem reafirmado a importância de Franz Brentano (1838-1917) na fenomenologia de Husserl, especialmente no conceito da intencionalidade, idéia fundamental da fenomenologia. Para Brentano “a consciência é sinônimo dos atos psíquicos pelos quais o sujeito dá significado aos objetos do seu mundo relacional” (Ramon, 2005, p. 5). Ou seja, por este conceito, a consciência está sempre dirigida a um objeto.

Diferentemente de Husserl, que trata das essências universais, Heidegger utilizando o método fenomenológico, visa de maneira ontológica “as essências que individualizam o objeto, o ente existente” (Petrelli, 2001, p. 22). A fenomenologia Ontológica-Hermenêutica deste autor apresenta-se como um caminho de metodologia qualitativa de pesquisa, que se propõe, dito em outras palavras, a desvelar um fenômeno em foco, vindo a compreendê-lo e interpretá-lo (Bruns e Trindade, 2003).

O caminho qualitativo pode ser percorrido à luz das variações que o método fenomenológico, baseado em Husserl, admite na contemporaneidade. Neste sentido, pesquisadores como Giorgi (2000), Moreira (2004) e Gomes (1998) se assemelham ao falar sobre os três passos para o processo de pesquisa.

Gomes (1998), que explicita o método que segue esta pesquisa, tem no filósofo M. Ponty sua principal orientação. Para este filósofo francês, a filosofia fenomenológica existencial pretende descobrir como a experiência vivida se traduz na conduta humana.

A primeira etapa, denominada reflexão descritiva ou *descrição fenomenológica*, segundo Gomes (1998), diz respeito à descrição da experiência

vivida pelo sujeito, obtida a partir de uma questão norteadora, que funciona como estímulo para a externalização de significados. Em seguida faz-se a leitura deste conteúdo transcrito, classificando os dados observados em unidades temáticas, que serão tema de reflexão, uma a uma pelo sujeito.

No momento seguinte, do processo de pesquisa, acontece a *redução fenomenológica*, onde, com os elementos significativos levantados e refletidos em cada unidade temática, constroem-se as chamadas estruturas significativas. Elas são de dois tipos: a) as compostas com os significados variantes, ou seja, os que não foram verbalizados por todos os sujeitos da pesquisa, senão por algum deles; b) as compostas com os significados invariantes, ou seja, que foram verbalizados por todos os sujeitos estudados. Wertz (2000) chama as primeiras de “individual - *idiografic*”, e as segundas de geral – *nomothetic* (p.173, 188). Assim, coloca-se o mundo entre parênteses, extraindo dele o sujeito empírico, as unidades significativas. A apresentação das referidas estruturas é feita através de tabelas e gráficos.

O terceiro passo: a *interpretação fenomenológica*. Etapa em que se objetiva explorar como os sujeitos experimentam a vivência dos significados verbalizados. Para a pesquisa psicológica fenomenológica este momento é o mais importante. Gomes (2004) comenta esta relevância ao sublinhar que Merleau-Ponty superou o método proposto por Husserl,

O terceiro passo do método de Merleau-Ponty ultrapassa o método fenomenológico de Husserl. Não se limita à definição de um sentido ou intencionalidade, pois especifica um determinado modo de ser e de relacionar-se com o mundo. É interessante notar que a fenomenologia existencial entende a experiência consciente como uma visão do mundo, que traz um corpo-sujeito com capacidade de ação (p.8).

Sobre este particular convêm salientar que o objetivo da psicologia filosófica de Husserl diz respeito a construir um conceito de conduta, enquanto, o da psicologia fenomenológica empírica é descobrir o que determina a conduta. A primeira tem uma preocupação epistemológica, enquanto a segunda uma preocupação comportamental ou praxica. Este aspecto ético ou comportamental de intencionalidade, que defende a indissociabilidade entre o sujeito da cognição e da ação, é defendido pela Act-Psychology de Franz Brentano. Ramon (2006) escreve:

Para o psicólogo alemão, uma conduta só é verdadeiramente humana quando têm a dimensão de ser cognitiva, no sentido de originar-se a partir de uma apreensão interna e pessoal do significado existencial de tal conduta, e de ser ela executada conforme o ditame ou intencionalidade dessa cognição. Isso implica duas modalidades de atos ou fenômenos psíquicos inseparáveis: 1º- um ato de desvelar o significado pessoal, tornar fenômeno, o mundo da experiência através de uma *Vorstellung*, traduzida como representação, idéia, pensamento, equivalente ao termo *perception*, ou ato mental de formar uma idéia, sentido ou significado (...); 2º- um ato de relacionar-se (...), no sentido de direcionar-se. Compromissar-se ou adaptar-se com a realidade experienciada a partir do saber ou significado formado sobre ela e não a partir de seu poder estimulador externo (p.19-20).

Esta pesquisa, qualitativo-fenomenológica, pretendeu descrever, através de relatos escritos e verbais, as experiências vividas por brasileiros, filhos de libaneses. Assim como relatar, como estas vivências determinaram seus comportamentos.

Qualitativa, justificada por Moreira (2004) quando sublinha que o que se pretende é o entendimento da experiência de vida dos sujeitos a partir da perspectiva dos mesmos, considerando o contexto em que se inserem, e a influência no

comportamento. Fenomenológica, enquanto se diferencia da qualitativa chamada de Análise de Conteúdo, que como estabelece Berelson (1952) e Bardin (1995) apenas trabalha quantitativamente com os dados manifestos. “A Análise de Conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa uma objetiva, sistemática e quantitativa descrição dos conteúdos manifestos na comunicação” (Giorgi, 2000, p.14).

Explicita ainda Giorgi (1986) sobre a pesquisa qualitativo-fenomenológica:

Os significados são descobertos somente reflexivamente, vale dizer, não de forma imediata ou direta. As experiências são espontaneamente dirigidas para os objetos ou para qualquer tipo de afazeres no mundo sem qualquer preocupação pelos seus significados. Para alcançar ou clarificar os significados de uma experiência faz-se necessária a reflexão sobre a mesma. Isso obrigará a captar o significado da experiência e não apenas referi-la (p.13)

## **7 – Método**

### **Participantes:**

- Sujeito 1: sexo masculino, brasileiro, pais libaneses, 45 anos, residiu no Líbano dos 4 aos 16 anos, casado com brasileira, não submetido à psicoterapia.

- Sujeito 2: sexo feminino, brasileira, pais libaneses, 35 anos, residiu no Líbano por 3 períodos: aos 14 por dois anos, aos 19 anos por seis meses, aos 21 anos por dois anos, casada com brasileiro, submetida à psicoterapia.

### **Instrumentos:**

Relatos escritos e entrevistas dirigidas e semi-dirigidas, gravadas e posteriormente transcritas.

### **Procedimentos:**

No primeiro momento os sujeitos fizeram um relato escrito, produto de suas reflexões sobre o tema em estudo. A questão norteadora para este relato: “Sabendo que você é filha de libaneses, nasceu aqui, viveu lá por algum período e voltou ao Brasil, fale-me sobre esta experiência, sobre os aspectos que marcaram ou marcam esta experiência do ponto de vista social, profissional, conjugal, político, religioso, lingüístico, emocional, etc.”. Destes relatos foram levantadas as unidades temáticas, para cada qual deu-se uma entrevista semidirigida. Aqui se cumpriu a primeira etapa, a reflexão descritiva ou descrição fenomenológica.

Das reflexões de cada unidade temática, construiu-se uma estrutura com os significados vivenciados pelos sujeitos donde se retirou duas estruturas significativas: uma com elementos variantes e outra com os invariantes. Feita então a redução fenomenológica, partiu-se para a terceira fase.

Para se ter o conteúdo da última etapa, a interpretação fenomenológica, foi feito o último contato com os sujeitos com entrevistas semi-dirigidas sobre como cada unidade temática, na situação de dupla pátria, se encontra relacionada às condutas e comportamentos deles. As perguntas disparadoras foram as seguintes: 1) Como você superou o problema de dominar as duas línguas para evitar sentir-se ou ser considerado um estranho nos dois países? 2) Que condutas, que comportamentos, lhe despertou o fato de conviver com múltiplos credos religiosos? 3) O que você fez para vencer os conflitos de querer ser filho de duas pátrias?

### **8. Normalização**

Foram consideradas para a confecção deste trabalho as normas da APA (American Psychology Association).

O artigo, produto final desta pesquisa, será direcionado à revista *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Esta recomenda para os escritos a ela submetidos, que estejam formatados segundo as normas da APA (5ª edição, 2001).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Augras, M. (2002). *O Ser da Compreensão. Fenomenologia da Situação de Psicodiagnóstico*. (10ª ed) - Petrópolis: Ed. Vozes.
- Bhabha, H. (1996). O Terceiro Espaço. *Revista do Patrimônio Histórico Nacional*, 24, (pp.35-41).
- Bruns, M. A. de T & Trindade, E. (2003) Metodologia Fenomenológica a contribuição da ontologia-hermenêutica de Martin Heidegger. In: Bruns, M. A. de T. & Holanda, A. F. *Psicologia e Fenomenologia* (pp. 77 – 91). Alínea Editora.
- Cabral, J. P. de (2004). *Identidades Inseridas: Algumas Divagações sobre Identidade, Emoção e Moralidade*. Recuperado em 28 de novembro de 2006 do site [www.ics.ul.pt/corpocientifico/pinacabral/pdf/Identidadesinseridas3.pdf](http://www.ics.ul.pt/corpocientifico/pinacabral/pdf/Identidadesinseridas3.pdf)
- Calin, D. *Construction Identitaire et Sentiment D'appartenance*. Recuperado em 16 de abril de 2005 do site <http://daniel.calin.free.fr/textes/identite.html>
- Castell, M. (1996/1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Ed. Paz e Terra S.A.
- Erikson, E. (1987). *Identidade, Juventude e Crise*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.
- Ewald, A. P. (2005). Identidade e construção do sujeito numa era de incerteza. In: Zogueib, J. N. *Identidades e crises sociais na contemporaneidade* (pp. 215-229). Curitiba: Editora da UFPR
- Ferreira, A. P. (2001). *O Imigrante no Espaço Urbano: Impasses, Estranheza e Psicose*. Recuperado em 20 de abril de 2005 no site [www.ub.es/geocrit/sn-94-24.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn-94-24.htm)
- Freud, S. (1926/1969). Discurso Perante a Sociedade dos B'nai B'rith. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp.315-317, vol. 20). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1938/1969). Esboço de Psicanálise. In: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (pp.169-172, vol.20). Rio de Janeiro: Imago.
- Geertz, C. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A.
- Giles, T. (1989). *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. São Paulo: EPU
- Giorgi, A. (1978). A Psicologia como Ciência Humana: Uma Abordagem de Base fenomenológica.(R.S.Schwartzman, Trad.). Belo Horizonte: Interlivros.
- Giorgi, A. (1986) Theoretical Justification for the Use of Descriptions in Psychological Research. In: Asworth, P. (Org). *Qualitative Research in Psychology-Proceedings of*

*the International Association for Qualitative Research*. Pittsburgh: Duquesne University Press.

Giorgi, A. (2000). *Phenomenology and Psychological Research*. Pittsburgh: Duquesne University Press.

Giust-Desprairies, F. (2005). A Identidade como processo entre ligação e desprendimento. In: Zogueib, J. N. *Identidades e crises sociais na contemporaneidade* (pp 199 – 212) Curitiba: Editora da UFPR.

Goldbrunner, J. (1961). *Individuação: A Psicologia da Profundidade de C.G. Jung*. São Paulo: Herder.

Gomes, W. (1998). *Fenomenologia e Pesquisa em Psicologia*. Porto Alegre: Editora Universidade.

Gomes, W. (2004). A entrevista Fenomenológica e o Estudo da Experiência Consciente. *Psicologia USP*, (pp. 1-20, vol. 18).

Greiber, B. L.; Maluf, L. S.; & Mattar V. C. (1998). *Memórias da Imigração: Libaneses e Sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial.

Hajjar, C. F. (1985). *Imigração Árabe. Cem Anos de Reflexão*. São Paulo: Ícone Editora Ltda.

Hall, S. (1997). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora.

Harré, R. (1998). *The Singular Self. An Introduction to the Psychology of Personhood*. London: SAGE Publication Ltd.

Hesch, R. (2007). *Culturally Relevant Teacher Education: a Canadian Inner-city Case*. Recuperado em 09 de março de 2007 do site <http://www.csse.ca/CJE/Articles/FullText/CJE24-4/CJE24-4-hesch.pdf>.

Heidegger, M. (2000). *Ser e Tempo*. (9ª ed.). Petrópolis: Ed. Vozes

Jung, C. G. (1961/2003). *Fundamentos de Psicologia Analítica*. In: Edições das Obras completas de C.G. Jung (vol.XVIII/I). Petrópolis: Vozes

Jung, C.G. (1921/1991). *Tipos Psicológicos*. In: Edições das Obras completas de C.G. Jung (vol.VI). Petrópolis: Vozes

Jung, C. G. (1922/1987). *O Espírito na Arte e na Ciência*. In: Edições das Obras completas de C.G. Jung (vol.XV). Petrópolis: Vozes

Justo, H. (2001). *Cresça e Faça Crescer. Lições de Carl Rogers*. (7ª ed.) Canoas-RS: Gráfica de La Salle.

Kartersztein, J. (2002) Les Stratégies Identitaires des Acteurs Sociaux: Approche Dynamique des Finalités. In: C. Camilleri, J. Kartersztein, E.M.Lipiansky, H.

Malewska-Peyre, I. Taboada-Leonetti, A. Vasquez. *Stratégies Identitaires* (4<sup>a</sup> ed). (pp.27– 41). Paris: Presses Universitaire de France.

*L'appartenance*. Recuperado em 16 de abril de 2005 do site [www.cic.gc.ca](http://www.cic.gc.ca).

Leyens, J. P. (1997) Cognition sociale: définitions, enjeux, evolution. In: Beauvois, J.L.(org.1997). *L'ere de la cognition*. Grenoble: Presses Universitaires.

Lipiansky, E. M.; Taboada–Leonetti, I.; Vasquez, A. (2002). Introduction a la Problématique de L'identité. In: C. Camilleri, J. Kartersztein, E.M.Lipiansky, H. Malewska-Peyre, I. Taboada-Leonetti, A. Vasquez. *Stratégies Identitaires*. (4<sup>a</sup> ed). Paris: Presses Universitaire de France, (pp 7-16).

Lipiansky, E. M. (2002). Identité Subjective et Interaction. In: C. Camilleri, J. Kartersztein, E.M.Lipiansky, H. Malewska-Peyre, I. Taboada-Leonetti, A. Vasquez. *Stratégies Identitaires*. (4<sup>a</sup> ed). Paris: Presses Universitaire de France, (pp. 173-205).

Luciak, M. (2004). *Migrants, Minorities and Education*. Recuperado em 10 de março de 2007 do site <http://eumc.europa.eu/eumc/material/pub/comparativestudy/CS-Education-en.pdf>

Machado, Z. T. *A Discussão do tema: o problema da identidade e cultura*. Recuperado em 05 de janeiro de 2006 do site [www.autor.org.br/debate/toledo7.htm#luiz4](http://www.autor.org.br/debate/toledo7.htm#luiz4)

[Malewska, H. \(2002\). Introduction à la Problématique de l'Identité. In: C. Camilleri, J. Kartersztein, E.M.Lipiansky, H. Malewska-Peyre, I. Taboada-Leonetti, A. Vasquez. \*Stratégies Identitaires\*. \(4<sup>a</sup> ed\). Paris: Presses Universitaire de France, \(pp.07-26\).](#)

Moreira, D. (2004). *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Petrelli, R. (2001). *Fenomenologia, Teoria, Método e Prática*. Goiânia: Editora da UCG.

Ramón, S. P. (2006). A Importância da Act-Psychology de Franz Brentano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 2.

Rasera, E. F., Guanaes, C., Japur, M. (2004). Psicologia, Ciência e Construcionismo: Dando Sentido ao Self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 2.

Safra, G. (2002). *Memória e subjetivação*. Memorandum, 2 (pp. 21 – 30). Recuperado em 15 de julho de 2006 do site [www.fafich.Ufmg.br/~memorandum/artigos02/safra02.htm](http://www.fafich.Ufmg.br/~memorandum/artigos02/safra02.htm)

Scognamiglio, N. *Le Sens D'Appartenance*. Recuperado em 16 de abril de 2005 do site [www.giangukai.org](http://www.giangukai.org)

Silva, T. T. Da (2000). A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: T.T. da Silva (Org). *Identidade e diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*. (pp.73-102). Petrópolis: Vozes.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa*. (2ª ed). Petrópolis: Ed. Vozes.

Truzzi, O. M. S. (1997). *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec

Wertz, F. J. (2000). Method and Findings in a Phenomenological Psychological Study of a Complex Life-Event: Being criminally Victimized. In: Giorgi, A. (Org) *Phenomenology and Psychological Research*. Pittsburgh: Duquesene University Press.

Winnicott, D. W. (1975). A localização da Experiência Cultural. In: *O Brincar e a Realidade*. J.O.A. Abreu & V. Nobre, (Trads.). Rio de Janeiro: Imago.

Zugueib Neto, J. (2005). Os Druzos na Guerra do Líbano. Resistência Psíquica e Afirmação Identitária em Situação de Crise Social Extrema. In: Zugueib, J. N. *Identities e Crises Sociais na Contemporaneidade*. (pp 23–110). Curitiba: Editora da UFPR.

**ARTIGO**

**Fenomenologia do Viver em Dupla Pátria: dois estudos de caso com brasileiros, filhos de libaneses**

**Phenomenology of the Living process in a Double Country context: two study cases with Brazilians, Lebanese descendents.**

**Resumo:** O olhar da Psicologia sob o processo migratório é de suma importância em tempos de globalização. Compreender as experiências de filhos de imigrantes, personagens de duas culturas, e a influência deste hibridismo sobre suas identidades e condutas é o objetivo deste estudo. Os sujeitos da pesquisa são dois brasileiros, de ambos os sexos, filhos de libaneses, que viveram por algum período de suas vidas no país de origem dos pais, o Líbano. O método para exploração dos significados desta dupla experiência pátria foi o qualitativo de base fenomenológica. Os resultados assinalam os ganhos no desenvolvimento e enriquecimento pessoais e interpessoais obtidos nesta situação. Assim como o surgimento de conflitos na procura de uma identidade que traduzisse a dupla pertença.

**Palavras - chave:** Método qualitativo-fenomenológico, identidade, pertença, cultura.

**Abstract:** The Psychology view upon the migratory process is one of the highest importance in times of globalization. Comprehending the experiences of children of immigrants, role players of two cultures, and the influence of such hybridism upon their identities and conducts is the aim of this study. Two Brazilian-born Lebanese children, of both genders, who lived in Lebanon for some time, happen to be the subjects of this research. The method for exploration of the meanings of this double patrium experience has been the qualitative of phenomenological basis. The results highlight the gains in personal and interpersonal development and enrichment, acquired in this very situation. As well as the rise of conflicts in the search for an identity which translates the double-belonging.

**Key-words:** Qualitative-phenomenological Method, identity, sense of belonging, culture.

A experiência de dupla-pátria como determinante do modo de ser ou identidade do sujeito, no que se refere aos diferentes aspectos psicológicos e sua vivência são questões de interesse da Psicologia. A identidade e problemas correlatos tiveram seu termo empregado pela primeira vez há mais de 20 anos e, neste período, observam-se variações em seu uso popular, tal qual sua amplitude conceptual nas várias áreas do conhecimento (Erikson, 1987).

A imigração e suas conseqüências podem ser analisadas sob vários aspectos e à luz de diversas ciências, da mesma maneira como ocorre com a identidade. A Antropologia, a História e a Sociologia auxiliam a Psicologia no entendimento e descrição das experiências vividas do indivíduo participante desse fenômeno que é histórico e hoje fortemente ligado à globalização. Zigueib Neto (2005) diz que o processo mundial da globalização exige do homem pós-moderno tomadas de posições, provocando sentimentos ambíguos e mal percebidos, que ameaçam a sua integridade psicológica e um “mal-estar em suas identidades” (p.13)

A constituição subjetiva do indivíduo e de sua personalidade ocorre por meio da internalização e simbolização de suas experiências vividas ao longo de seu desenvolvimento. Estudos encontrados referentes aos descendentes, na maioria das vezes, dizem respeito à educação e estão presentes em maior número em países como a França, Portugal, Canadá, dentre outros, nos quais a imigração e suas questões têm especial atenção (Hesch, 2007; Luciak, 2004). Pesquisas no universo de outras Ciências Sociais relatam a história da imigração, no Brasil, mas com poucos detalhes no tocante ao subjetivo dos filhos de imigrantes (Hajjar, 1985; Truzzi, 1997; Greiber, Maluf, Mattar, 1998)

Dentre os diversos povos que para o Brasil emigraram, os árabes e seus descendentes, especificamente os libaneses, são destaque em quantidade e

constituem o corpus deste estudo. Embora se identifique a falta de dados mais precisos, estima-se em 7 milhões o número de libaneses e seus descendentes no Brasil, de acordo com dados da Embaixada do Líbano (2003). O objetivo deste trabalho é descrever como brasileiros, filhos de libaneses vivenciam a experiência de sentir-se influenciados por dupla cultura.

Certos teóricos conceituam identidade como uma construção a partir de dois aspectos simultâneos: o objetivo e o subjetivo (Lipiansky, 2002); o social e o psíquico (Giust-Desprairies, 2005). A noção objetiva ou social diz respeito à genealogia, inserção social, familiar e cultural, e que Lipiansky (2002) define como identidade social. São os códigos, valores, referências, sistemas de simbolização com o qual o sujeito pode ou não trocar e reconhecer, confirmando ou não, segundo Giust-Desprairies (2005), suas representações e ideais.

Ao nível subjetivo e psíquico, a identidade está relacionada à percepção que o sujeito tem de sua individualidade; conjunto de sentimentos, representações, dentre outros, chamada de identidade pessoal (Lipiansky, 2002). Giust-Desprairies (2005) se refere a este aspecto lembrando que a identidade se dá a partir da introjeção de objetos ambivalentes, identificações com as imagens parentais e sociais que auxiliarão o indivíduo na resolução de conflitos. “A experiência afetiva do sujeito, tomada na sua história, altera as posições psíquicas e os modos de resolução dos conflitos, bem como fornece novas identificações” (p.201).

Zugheib Neto (2005) e Erikson (1987) falam sobre a identidade e seus processos afirmando que o processo identificatório é uma construção psicossocial. Zugheib Neto (2005) continua sobre este processo dizendo que, o sentimento de identidade é uma construção subjetiva inacabada a partir de tentativas para atingir uma totalidade.

Este sentimento tem lugar temporal e relaciona-se com a busca de um sentido pessoal na existência.

Concordando com Zugheib Neto (2005), Giust-Desprairies (2005) afirma que no momento em que há uma mudança social ou momentos de crise, o sujeito é chamado a se voltar para seus recursos internos, quando traz à consciência seu processo identificatório. Considerando o viés da fé, Zugheib Neto (2005) diz que quando esta é mobilizada, de alguma maneira, o indivíduo é remetido tanto às suas memórias individuais como à sua história coletiva; refazendo seu trajeto existencial, relembrando ensinamentos comunitários e os saberes trocados por pessoas de sua relação.

Giust-Desprairies (2005) entende que o sentimento de identidade é produzido quando há a possibilidade de uma ligação significativa para o indivíduo entre seu interior e o meio externo. Com relação à influência das formas sociais na estrutura familiar e desta, na seqüência, sobre a conduta do indivíduo, Freud (1938/1969) diz “esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação não somente a personalidade dos próprios pais, mas também a família, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do milieu social imediato que representam.” (p.171)

A referência a um meio anterior remete aos arquétipos de Jung (1961/2003) que, segundo este, são estruturas inconscientes que perpassam o tempo, e tem ligação com as representações herdadas. Além do inconsciente pessoal, há o inconsciente coletivo que apresenta relação com a vida ancestral. Segundo Augras (2002) a herança genética, implica em ter o sujeito, passado e futuro no tempo presente, a totalidade de informações de seu sistema, através do tempo biológico.

A formação de identidade se dá no contato com o outro, em sociedade. Fala-se então em alteridade, na percepção do que sou a partir do que não sou, do idêntico e do diferente. Silva (2000) traz em seu texto a permeável linha entre a identidade e a diferença. Segundo ele, a identidade pode ser traduzida como aquilo que sou e a diferença como o que não sou; uma sendo referencial para a outra. Coloca identidade e diferença como criações sócio-culturais e demarcadores de fronteiras. A língua, um dos aspectos da identidade cultural, é para Hall (1997) um sistema social que além de expressar a intimidade do indivíduo, ativa os significados presentes em si e nos sistemas culturais. Lembra também, que ela é como a identidade, forma de diferenciação entre o que sou e o outro.

Cabral (2004) faz distinção entre os dois fenômenos identitários: identidade e self. Como identidade, considera um conjunto de objetivações, onde se incluem nomes, estatutos, estória, formas de falar vestir, que compõe o relacionamento da pessoa com o grupo, ao se apropriar socialmente do mundo. O self é a “forma como a memória cria um sentimento de unicidade e durabilidade que, dialogando com as objetivações que constituem a identidade, permite a pessoa construir um nexo de interesses e reações que reforçam e/ou adaptam a identidade.” (p.4)

Para Gergen (1991, 1997, 1999 in Rasesa, 2004) a descrição do self está relacionada ao discurso, ligado a condições sócio-históricas. Para o autor, uma nova forma de descrever o self surge a partir da saturação social, consequência do desenvolvimento tecnológico (transportes, telecomunicações) das últimas décadas: o self saturado. Neste tempo há fluxo intenso de contato entre pessoas, tradições, que trazem várias possibilidades de ser, de se relacionar. Essa conjuntura exige do indivíduo um investimento maior do self para manutenção dos diversos relacionamentos. As dúvidas sobre si são mais presentes.

Safra (2002), em seu artigo Memória e Subjetivação, traz a importância da memória como meio de ligação entre o homem e a sua história. Segundo ele, têm-se na clínica do self quatro modalidades de memória, das quais a memória étnica é uma delas. Conceitua esta como “formas sensoriais que constituíram a fundação do self e que enraízam a pessoa em uma determinada etnia” (p. 21). Cada indivíduo é a memória étnica de seus ancestrais. No tempo em que o bebê se apropria do corpo materno como seu, traz pra sua formação também aspectos étnicos da cultura em que nasceu. Para Safra (2002) esta é a dimensão étnica do self.

Complementando este pensamento, o autor cita Weil (1996, in Safra, 2002) e a sua preocupação com o que chama de “desenraizamento”. A imigração é uma forma do desenraizar e coloca o sujeito distante de memória étnica e cultural de seu povo, deslocado do tempo e da história. “Tendo clareza de que o self acontece em um meio ambiente, é evidente que as fragmentações culturais favorecem o aparecimento de fendas na constituição do si - mesmo” (Safra, 2002, p.28).

O sentimento de pertença é, segundo Calin (2005), a dimensão social da identidade. Scognamiglio ([www.giangukai.org](http://www.giangukai.org)) significa pertença como sendo uma consciência da própria identidade, construída e definida a partir do “eu”. Ter consciência das raízes, história e própria cultura determinam as condições para uma pertença.

Para Zugheib Neto (2005) as unidades de pertencimento oferecem condições para o sujeito organizar um projeto de vida. Os diferentes laços simbólicos estabelecidos provocam novas configurações intersubjetivas. Estas colaboram para minimizar o sentimento de desamparo, proporcionando, ainda que, “ilusoriamente, a sensação de proteção, de unidade, de coerência e de mesmidade no tempo”(p.10). Assim a

debilidade no sentimento de pertença, dificulta o enfrentamento a desafios colocados pela vida.

Calin (2005), em seu texto *Construção Identitária e Sentimento de Pertença*, defende que a dupla pertença cultural não é viável a termo. Para ele, a solução, principalmente para a questão transgeracional, é “a passagem de uma lógica de pertença coletiva a uma lógica de trajetória privada”. Desta forma, o que asseguraria a inserção social seria a história transgeracional assumida e não mais uma pertença imposta socialmente. Seriam menores as possibilidades de dissoluções identitárias, uma vez fortalecida a história privada transgeracional (p.04).

Diante de determinados eventos da vida, como a emigração, remanejamentos identitários são solicitados (Calin, 2005). Neste momento põem-se em ação as estratégias identitárias, entendidas como a maneira de agir, processos, conscientes ou inconscientes, do sujeito para atender a finalidades. Estas últimas podem ser explícitas ou estar a nível inconsciente. Aqueles processos se dão em função de uma situação de interação, considerada em diferentes aspectos, seja sócio-histórico, psicológico ou cultural (Lipiansky, Taboada-Leonetti e Vasquez, 2002).

Calin (2005) explica que, a suposta força dos pais, advindas de uma “identidade de base” estruturada no país de origem e a própria coragem de emigrar, são provavelmente suficientes para protegê-los de conflitos pessoais e sociais mais graves. Contudo, para os filhos destes imigrantes a situação é diversa, pois devem construir, por si, sua identidade no país que os acolhe. Construção esta dificultada pela negação da ruptura migratória dos pais, que impossibilita uma inserção social razoável no país que acolhe, como no país de origem, além de ser também “agravada pela idealização do país de origem e a ignorância de suas evoluções, tornam totalmente inadequada esta *educação nostálgica*, mesmo na perspectiva de um

retorno ao país; as tentativas de retorno ao país dos filhos de imigrantes, sós como em família, são problemáticas, e até catastróficas” (p.03).

Outro lado desta negação é registrado em alguns casos, em forma de uma reação marcada por uma vontade radical de assimilação ao país que acolhe. Reação esta funcional, principalmente no que diz respeito à assimilação da língua, instrumento importante no cotidiano pessoal e profissional.

Para Hall (1997) a globalização provoca mudanças que fazem com que o processo de identificação – projeção e internalização em, e de identidades culturais – torne-se provisório, variável e problemático. Produz um indivíduo fragmentado, com várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Pois como explicam Giust-Desprairies (2005) e Zugheib Neto (2005), os sistemas significantes dos indivíduos foram abalados, a legitimidade colocada em questão e certas referências perdidas. No conflito, o eu é requisitado a assumir a função de integrador entre necessidades internas e elementos externos.

De modo parecido a Calin (2005), Hall (1997) põe em dúvida o poder da identidade nacional de unificar membros de diferentes classes, gêneros e raças em uma identidade cultural, para representá-los pertencentes à mesma família nacional. Para este último, no mundo moderno, as nações são todas, híbridas culturais. O hibridismo “coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. (...) A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas”(Silva, 2000, p.87).

Então Calin (2005) e Hall (1997), chamam a atenção para um falso dilema: o de pensar a identidade em tempo de globalização, como só tendo duas possibilidades – o de retomar suas raízes ou de vê-la desaparecer por meio de estratégias identitárias

como a assimilação e a homogeneização. Hall (1997) justifica sua visão, baseado numa terceira possibilidade, a da tradução. Para ele, a tradução é uma forma de identidade característica daqueles que deixaram sua terra natal, que estão na intersecção de fronteiras naturais.

essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas (Hall, 1997, p.96).

Por serem traduzidos, esses indivíduos são forçados a abandonar qualquer desejo de buscar a pureza cultural e étnica. “Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (Hall, 1997, p.96-97).

Para a exploração dos significados vivenciados pelos sujeitos desta pesquisa elegeu-se o método qualitativo de base fenomenológica. Qualitativo, justificada por Moreira (2004) quando sublinha que o que se pretende é o entendimento da experiência de vida dos sujeitos a partir da perspectivas dos mesmos, considerando o contexto em que se inserem, e a influência no comportamento. Fenomenológica, enquanto se diferencia da qualitativa chamada de Análise de Conteúdo, que como estabelece Berelson (1952) e Bardin (1995), lembrados por Giorgi (2000), apenas trabalha quantitativamente com os dados manifestos.

Pesquisadores como Giorgi (2000), Moreira (2004) e Gomes (1998) se assemelham ao falar sobre os três passos para o processo de pesquisa. São eles: 1ª etapa: descrição fenomenológica, onde a partir da descrição ingênua da vivência feita pelos sujeitos, levantam-se no primeiro momento as unidades temáticas. Num segundo tempo, dá-se uma reflexão, pelos sujeitos, sobre cada unidade temática.

Na 2ª etapa, da redução fenomenológica, com os elementos significativos levantados e refletidos em cada unidade temática, constroem-se as chamadas estruturas significativas. Elas são de dois tipos: a)- as compostas com os significados variantes, ou seja, os que não foram verbalizados por todos os sujeitos da pesquisa, senão por algum deles; b)- as compostas com os significados invariantes, ou seja, que foram verbalizados por todos os sujeitos estudados.

A interpretação fenomenológica, a 3ª etapa: nesta fase objetiva-se explorar como os sujeitos experimentam a vivência dos significados verbalizados. Para a pesquisa psicológica fenomenológica este momento é o mais importante, pois se observam quais são os comportamentos que os componentes da experiência vivida cristalizam, sejam eles emoções, julgamentos, atitudes, posturas, etc. Gomes (2004) comenta esta relevância ao sublinhar que Merleau-Ponty superou o método proposto por Husserl

O terceiro passo do método de Merleau-Ponty ultrapassa o método fenomenológico de Husserl. Não se limita à definição de um sentido ou intencionalidade, pois especifica um determinado modo de ser e de relacionar-se com o mundo. É interessante notar que a fenomenologia existencial entende a experiência consciente como uma visão do mundo, que traz um corpo-sujeito com capacidade de ação (p.8).

## Método

*Participantes:* Sujeito I (SI): sexo masculino, brasileiro, pais libaneses, 45 anos, residiu no Líbano dos 4 aos 16 anos, casado com brasileira, não submetido à psicoterapia. Sujeito II (SII): sexo feminino, brasileira, pais libaneses, 35 anos, residiu no Líbano por três períodos: aos 14 por dois anos, aos 19 anos por seis meses, aos 21 anos por dois anos, casada com brasileiro, submetida à psicoterapia

*Instrumentos:* Relatos escritos e entrevistas dirigidas e semi-dirigidas, gravadas e posteriormente transcritas.

*Procedimentos:* No primeiro momento os sujeitos fizeram um relato escrito, produto de suas reflexões sobre o tema em estudo. A questão norteadora para este relato: “Sabendo que você é filho (a) de libaneses, nasceu aqui, viveu lá por algum período e voltou ao Brasil, fale-me sobre esta vivência, sobre os aspectos que marcaram ou marcam esta experiência do ponto de vista social, profissional, conjugal, político, religioso, lingüístico, emocional, etc.”. Destes relatos foram levantadas as unidades temáticas. Na seqüência deu-se uma entrevista dirigida sobre cada unidade temática. Aqui se cumpriu a primeira etapa, a reflexão descritiva ou descrição fenomenológica, ou de exploração dos significados vivenciados em cada uma das três unidades temáticas apontadas: língua, religião e pertença.

Com os significados levantados construíram-se estruturas significativas. Elas dizem respeito às duas modalidades anteriormente referidas. Feita então a redução fenomenológica, partiu-se para a terceira fase.

Finalmente na etapa da interpretação fenomenológica, foi feito o último contato, com a finalidade de refletir através de uma nova entrevista semi-dirigida sobre a tradução práxica ou comportamental dos significados verbalizados na estrutura invariante de cada unidade temática. As perguntas estimuladoras foram as seguintes:

- 1) Como você superou o problema de dominar as duas línguas para evitar sentir-se ou ser considerado um estranho nos dois países?
- 2) Que condutas, que comportamentos, lhe despertou o fato de conviver com múltiplos credos religiosos?
- 3) O que você fez para vencer os conflitos de querer ser filho de duas pátrias?

## Resultados

### 1ª Etapa:

Os significados verbalizados em cada unidade temática são apresentadas nas tabelas 1, 2, e 3.

Tabela 1

#### Significados refletidos na unidade temática

Unidade temática	Sujeitos	
Língua	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	- (...) não tem coisa melhor do que a gente falar em árabe.	- (...) a minha mãe que é nativa, é libanesa, eu a ouvia igual pra sair exatamente
	- eu me sinto eu mesmo!	como ela falava, pra cada vez
	Quando falo o árabe eu sei que estou expressando sem meias palavras(...) a gente se sente mais verdadeiro.	mais me sentir uma deles./ - então mostrando pra eles que eu também tinha conhecimento do idioma
	Eu sinto assim./ - porque quando você aprende o árabe, vem junto com ele não só a língua vem os costumes, os valores, (...).	árabe, (...) isso ajudou com que eu me inserisse rapidamente em todos os contextos.

Tabela 2

Significados refletidos na unidade temática

Unidade temática	Sujeitos	
Religião	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	– (...) lá no Líbano, nós conseguimos viver uma plenitude de uma vida cristã mais próxima com Deus./ - daí eu comecei a me lembrar das coisas que eu aprendi no Líbano, na minha igreja, do que eu estava, do que eu tinha prazer de fazer, de ler.	-meus avós me ensinaram a rezar, me ensinaram o significado da reza muçulmana./ - eu tenho o alcorão, eu leio às vezes, tem umas passagens muito bonitas...mas eu cresci participando de escolas dominicais da igreja presbiteriana, então eu aprendi muito sobre a Bíblia, eu conheço os versículos de cor, uso inclusive em alguns momentos de aflição(...)

Tabela 3

### Significados refletidos na unidade temática

Unidade temática	Sujeitos	
Pertença	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	- Então ali eu me identificava bem (Líbano). Então eu sabia o nome dos meus amigos,(...) depois que eu vim pro Brasil, eu sabia de todos onde eles estavam, em que situação eles viviam.Então talvez o fato de comparar isso com a situação a qual eu passei a viver eh... me fazia tão infeliz assim (...)talvez infeliz é exagerado mais vazio, a palavra certa é esta: vazio.	- Então, eu comecei a ficar nessa divisão (...), será que eu nunca vou pertencer a eles, será que eles nunca vão me considerar uma deles. E voltando pro Brasil (...) olha a libanezinha (...), ela não é brasileira, ela não é completa. Então lá eu não era completa, e aqui também eu não era.

#### 2ª Etapa:

Na segunda etapa, a da redução fenomenológica, apresentam-se as duas modalidades de estruturas significantes: tabelas 4, 5, 6 - a composta dos elementos variantes; tabela 7 - a composta dos elementos invariantes. Na seqüência dois gráficos: um que condensa os dados de elementos variantes, figura 1; outro para os dados invariantes, figura 2.

Tabela 4

Estrutura com elementos variantes em cada unidade temática

Unidade temática	Sujeitos	
Língua	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	<p>- A descoberta da língua como transmissor das tradições/- A vontade de se comunicar em árabe com os filhos brasileiros/- A maior facilidade de se expressar em árabe./- A identificação com a língua árabe/</p> <p>- A importância da língua árabe para afirmação da sua identidade</p> <p>- O esforço e interesse para dominar a língua portuguesa/- Sentir a mudança de sonhar em português/- Sentir-se ridicularizado por não dominar o português/- A afinidade com alguns aspectos da cultura brasileira (futebol e música) como facilitador do aprendizado da língua</p>	<p>- A dupla língua com entrave na fluência e no sotaque, e como fator exclusor/- O tempo de permanência como facilitador de maior domínio das línguas/- A descoberta da língua como instrumento de integração global (pertença). /</p>
	<p>- A importância do bilingüismo na sua escolha profissional</p>	<p>- A importância do bilingüismo na sua escolha profissional</p>
	N = 10	N = 4

Tabela 5

Estrutura com elementos variantes em cada unidade temática

Unidade temática	Sujeitos	
Religião	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	<p>- A vivência de ter uma religião que não é de sua raça e cultura/- A palavra de Deus como fator integrador na experiência da vida religiosa/- O confronto de credos fortalecendo seu espírito/- A liberdade religiosa como situação que provoca um ecletismo não saudável/- A religião como pilar da existência/- A influência dos pais na religiosidade dos filhos/- O caráter vivo das experiências religiosas infantis/- A experiência religiosa como fortalecimento da própria identidade/- O sofrimento atual pela discriminação religiosa</p>	<p>- A segregação religiosa entre muçulmanos e cristãos/- O estigma do sobrenome/- O peso das convicções pessoais/- A força do ambiente na modalidade religiosa/- O caráter enriquecedor da dupla experiência religiosa</p>
	N = 9	N = 5

Tabela 6

Estrutura com elementos variantes em cada unidade temática

Unidade temática	Sujeitos	
Pertença	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	- A necessidade de alcançar uma pertença afetiva em todos os campos da vida sócio-cultural na nova pátria/- A maior pertença ligada às raízes ancestrais/- A força das experiências infantis no sentimento de pertença/- O esforço para identificar-se com o novo país/- A importância da religião para fortalecer os laços de pertencimento/- A vida comunitário-elesial como fator de uma pertença efetiva e afetiva.	- O Conflito da dupla pertença/- A necessidade de se sentir pertencente/- A riqueza da dupla experiência cultural/- A maior dificuldade de adaptação à cultura árabe/ - O sentimento de exclusão por ser rotulada em ambos os países/- Sofrer por sentir-se estranha/- Superação do conflito através da psicoterapia
	N = 6	N = 7

Observa-se, que nos elementos variantes, as unidades língua e religião foram mais mobilizadoras para o sujeito 1, visto que representaram 71% e 64% respectivamente. Já a unidade pertença obteve maior peso para o sujeito 2, com 54% do total.

Tabela 7

Estrutura com elementos invariantes

<u>Língua</u>	<u>Religião</u>	<u>Pertença</u>
- Valor da língua como fator de integração global	- O caráter enriquecedor da dupla experiência religiosa	- O conflito da dupla pertença
- A falta de domínio completo da dupla língua como fator exclusor	- A força do ambiente familiar e social na escolha religiosa	- A necessidade de alcançar uma dupla pertença nos campos da vida de cada uma das duas pátrias
- Esforço para domínio da língua do lugar	- A importância das convicções pessoais religiosas para o saber existencial	- A importância da religião ou da psicoterapia no esforço de alcançar uma pertença satisfatória
	- Sofrimento pela segregação religiosa	
	- O estigma do sobrenome que define a opção religiosa	

Em percentagem, os elementos invariantes demonstram uma maior congruência de significados na unidade religião, 46%, estando os significados de língua e pertença equiparados, com 27% cada uma.

3ª Etapa:

Na terceira etapa, a da interpretação fenomenológica, os resultados são ilustrados nas tabelas 8, 9 e 10, a seguir:

Tabela 8

Comportamentos que traduzem os significados vivenciados em cada unidade temática

Unidade temática	Sujeitos	
Língua	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	<p>- o de procurar aprender a nova língua para não sentir-se um estrangeiro na nova pátria/- o de experimentar a empatia alheia pelo seu inerradicável sotaque de “turco”/- o de descobrir o gênero literário do gibi como instrumento para aprender a língua, a visão de mundo da nova pátria, e como maneira de reviver essa experiência passada no Líbano/- o da necessidade de cultivar as duas línguas sem detrimento de nenhuma delas/- o da descoberta que dominar várias línguas facilita a aprendizagem de uma nova.</p>	<p>- o de esforçar-se para estudar as duas línguas/- o de necessitar, profissionalmente, maior domínio da língua árabe e de suas Modalidades/- o de ter desenvolvido sua empatia pessoal com o mundo dos outros/- o de experimentar uma maior integração e prestígio social através do domínio da língua/- o de descobrir uma maior pertença às suas raízes árabes/- o da descoberta da riqueza de poder possuir o patrimônio de duas línguas pátrias.</p>

Tabela 9

Comportamentos que traduzem os significados vivenciados em cada unidade temática

Religião	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	- o da descoberta da necessidade de defender o próprio credo, sem por isso, desrespeitar o dos outros/- o de ter sofrido muito pela discriminação religiosa/- o de que o credo religioso não deve condicionar a ajuda e relação com o próximo/- o da descoberta da necessidade de vivenciar uma relação com um Deus que esteja por cima de qualquer religião/- o do sofrimento por ter se afastado da religião, até não descobrir a aproximação com um Deus de todos/- o da experiência com vários credos no Líbano, para uma vivência pacífica com a diversidade religiosa no Brasil.	- o de tornar-se mais aberta, compreensiva e respeitosa com diferenças religiosas dos outros/- o de sentir orgulho pela sua cultura e religião muçulmana sunita/- o da experiência positiva de morar numa cidade de migrantes e mística como a de Brasília , aberta a todos os credos/- o de evitar que pessoas religiosamente preconceituosas entrem no seu círculo de amizades/- o da descoberta da importância do estudo da própria religião para reforçar suas raízes étnico/culturais.

Tabela 10

Comportamentos que traduzem os significados vivenciados em cada unidade temática

Unidade temática	Sujeitos	
Pertença	Sujeito 1 ♂	Sujeito 2 ♀
	<p>- o de sentir intensamente o sofrimento de ter que desenraizar-se dos acontecimentos que ocorrem na sua pátria de origem/- o de descobrir a necessidade de enraizar-se na nova pátria/- o de sofrer ainda as marcas de seu passado na pátria de origem/- o de entender e ao mesmo temer que seus filhos não tenham tão vivas quanto ele, as raízes libanesas/- o de lutar para superar o conflito de não sentir-se da mesma forma, filho de duas pátrias.</p>	<p>- o de descobrir a riqueza de pertencer ou ser filha de duas mães-pátria/- o de vivenciar o quanto foi importante esta condição de dupla pátria para seu desenvolvimento humano/- o de procurar a ajuda do tratamento psicoterápico para superar os conflitos decorrentes da divisão interna, provocada pela experiência de ter duas mães-pátria e para descobrir a riqueza de tal condição/- o da vivência, após a terapia, da alegria de ser diferente por ter duas pátrias.</p>

Discussão

A importância das influências psicossociais, assim como do meio anterior do indivíduo na formação da identidade, afirmadas por Erikson (1987) e Zugheib Neto

(2005), Jung (1961/2003) e Augras (2002) respectivamente, é confirmada quando se analisam os resultados obtidos, quando os sujeitos se referem aos familiares e ao meio social. O mesmo acontece com os dados relacionados à dimensão étnica do self, propugnada por Safra (2002). O meio traz a questão da alteridade, citada por Silva (2000) e confirmada nas experiências descritas quando se destaca o significado dos outros para ambos os participantes. Ainda relacionado à diferenciação do que se é e do outro, Hall (1997) lembra a língua, unidade temática extraída dos relatos, e onde se confirma sua importância enquanto reveladora de significados íntimos e culturais.

Ao se fazer referência a religião, onde os elementos invariantes tiveram destaque numérico, observa-se que esta deve ser considerada principalmente a partir da visão de Zogueib Neto (2005) que a ela se refere como instrumento que, quando mobilizado, remete o indivíduo às suas memórias individuais e história coletiva.

Poder-se-ia dizer, que falar sobre identidade e a integralidade do ser remete ao pertencimento. Como afirma Zogueib Neto (2005) são as unidades de pertencimento que oferecem condições para o sujeito se organizar subjetiva e objetivamente, a partir dos diferentes laços simbólicos que estabelece. Nos dois casos explorados, a referência à pertença cultural, ou pelo seu oposto, a proximidade de um desenraizamento, como cita Weil (1996, in Safra, 2002), favoreceram em algum momento, o aparecimento de conflitos identitários. Sobre estes últimos, foi possível apreender que o sujeito 1, busca ainda uma superação deles, persegue, como o próprio descendente afirma: um equilíbrio. Para a segunda participante, foi através da psicoterapia, que ela conseguiu um sentido de coerência, que minimizasse as dúvidas do eu.

Neste contexto teórico, o presente trabalho, que explora de forma não a priori os aspectos da vivência, testemunha a validade do método usado e enriquecem a literatura consultada. Os resultados obtidos mostram a relevância da experiência vivida, traduzida em condutas e comportamentos. Aqui a importância deste gênero de pesquisa para a psicologia clínica e social em tempos de globalização e diante de fatos ocorridos em alguns países, envolvendo imigrantes e descendentes, pois fornece argumentos para intervenção nos comportamentos. Baseado neste raciocínio teve destaque o conhecimento teórico das estratégias identitárias, enquanto foco mais específico ligado à ação, e como possível base para futuros estudos com amostras representativas ligadas à migração.

## Referências Bibliográficas

- Augras, M. (2000). O Ser da Compreensão. Fenomenologia da Situação de Psicodiagnóstico (10ª ed.) - Petrópolis: Ed. Vozes.
- Cabral, J. P. de (2004). Identidades Inseridas: Algumas Divagações sobre Identidade, Emoção e Moralidade. Recuperado em 28 de novembro de 2006 do site [www.ics.ul.pt/corpoctificativo/pinacabral/pdf/Identidadesinseridas3.pdf](http://www.ics.ul.pt/corpoctificativo/pinacabral/pdf/Identidadesinseridas3.pdf)
- Calin, D. Construction Identitaire et Sentiment D'Appartenance. Recuperado em 16 de abril de 2005 do site <http://daniel.calin.free.fr/textes/identite.html>
- Erikson, E. (1987). Identidade, Juventude e Crise (2ª ed.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Freud, S.(1969). Esboço de Psicanálise. Em Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (pp.169-172, vol.XX). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1938)
- Giorgi, A.(1986) Theoretical Justification for the Use or Descriptions in Psychological Research. Em Asworth, P. (org). Qualitative Research in Psychology-Proceedings of the International Association for Qualitative Research.Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Giorgi, A. (2000). Phenomenology and Psychological Research. Pittsburgh: Duquesene University Press.
- Gomes, W. (1998). Fenomenologia e Pesquisa em Psicologia. Porto Alegre: Editora Universidade.
- Giust-Desprairies, F. (2005). A Identidade como processo entre ligação e desprendimento. Em Zigueib, J. N. Identidades e crises sociais na contemporaneidade (pp. 199 – 212). Curitiba: Editora da UFPR.
- Greiber, B. L., Maluf, L. S., Mattar V. C. (1998). Memórias da Imigração: Libaneses e Sírios em São Paulo. São Paulo: Discurso Editorial.
- Hajjar, C. F. (1985). Imigração Árabe. Cem Anos de Reflexão. São Paulo: Ícone Editora Ltda.
- Hall, S. (1997). A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP & A Editora.
- Hesch, R.(2007). Culturally Relevant Teacher Education: a Canadian Inner-city Case. Recuperado em 09 de março de 2007 do site <http://www.csse.ca/CJE/Articles/FullText/CJE24-4/CJE24-4-hesch.pdf>

Jung, C. G. (2003). Fundamentos de Psicologia Analítica. Em Edições das Obras Completas de C.G. Jung (vol.XVIII/I). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1961)

Lipiansky, E. M., Taboada – Leonetti, I., Vasquez, A. (2002). Introduction a la Problématique de L'identité. Em C. Camilleri, J. Kartersztein, E.M.Lipiansky, H. Malewska-Peyre, I. Taboada-Leonetti, A. Vasquez. Stratégies Identitaires (4ª ed.) Paris: Presses Universitaire de France (pp. 7-16).

Lipiansky, E. M. (2002). Identité Subjective et Interaction. Em C. Camilleri, J. Kartersztein, E.M.Lipiansky, H. Malewska-Peyre, I. Taboada-Leonetti, A. Vasquez. Stratégies Identitaires (4ª ed) Paris: Presses Universitaire de France (pp. 173-205).

Luciak, M.(2004). Migrants, Minorities and Education. Recuperado em 10 de março de 2007 do site <http://eumc.europa.eu/eumc/material/pub/comparativestudy/CS-Education-en.pdf>

Moreira, D. (2004). O Método Fenomenológico na Pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Rasera, E. F., Guanaes, C., Japur, M. (2004). Psicologia, Ciência e Construcionismo: Dando Sentido ao Self. Psicologia: Reflexão e Crítica. Vol.17, nº. 2

-  
Safrá, G. (2002). Memória e subjetivação. Memorandum, 2 (pp. 21 – 30).  
Recuperado em 15 de julho de 2006 do site  
[www.fafich.Ufmg.br/~memorandum/artigos02/safra02.htm](http://www.fafich.Ufmg.br/~memorandum/artigos02/safra02.htm)

Scognamiglio, N. Le Sens D'Appartenance. Recuperado em 16 de abril de 2005 do site [www.giangukai.org](http://www.giangukai.org)

Silva, T. T. Da (2000). A Produção Social da Identidade e da Diferença. Em T.T. da Silva (org). Identidade e diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais (pp.73-102). Petrópolis: Vozes.

Truzzi, O. M. S.(1997). Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec

Zugueib Neto, J. (2005). Os Druzos na Guerra do Líbano. Resistência Psíquica e Afirmação Identitária em Situação de Crise Social Extrema. Em Zugueib, J. N. Identidades e Crises Sociais na Contemporaneidade (pp. 23 – 110). Curitiba: Editora da UFPR.